

12/09/2001

Brasil — Memorando Técnico de Entendimentos

1. Este Memorando Técnico de Entendimentos (MTE) especifica os critérios de desempenho (CDs), as metas indicativas (MIs), os indicadores de referência estruturais (IREs) e os pressupostos que serão aplicados no contexto do Acordo Stand-By em 2001 e 2002.

I. PROGRAMAÇÃO DAS TROCAS E AVALIAÇÕES DO ACORDO

2. A programação geral das trocas e avaliações do acordo em 2001 e 2002 consta do Quadro 1 a seguir:

Quadro 1. Brasil: Programação das Trocas e Avaliações do Acordo

Valores Disponíveis (Em milhões de DES) e Fontes	Datas de Disponibilidade Inicial	Condições e Observações
358,625 das PCs 3 316,958 do SRF	14 de setembro de 2001	Aprovação do acordo stand-by.
358,625 das PCs	15 de dezembro de 2001	Conclusão da primeira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de setembro de 2001).
358,625 das PCs 3 316,958 do SRF	29 de março de 2002	Conclusão da segunda avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de dezembro de 2001).
358,625 das PCs 3 316,958 do SRF	14 de junho de 2002	Conclusão da terceira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de março de 2002).
379,513 das PCs	30 de agosto de 2002	Conclusão da quarta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de junho de 2002).
379,513 das PCs	29 de novembro de 2002	Cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de setembro de 2002).

1/ PCs: Parcelas de crédito no FMI.

2/ SRF: Programa de Financiamento de Reserva Suplementar.

II. METAS QUANTITATIVAS

A. Metas Fiscais

i) Critério de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado 1/

Piso 2/	(Em bilhões de R\$)
Resultado primário do setor público consolidado, acumulado no exercício	
1º de janeiro de 2001–30 de junho de 2001 (preliminar)	30,4
1º de janeiro de 2001–30 de setembro de 2001 (critério de desempenho)	34,4
1º de janeiro de 2001–31 de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	40,2
1º de janeiro de 2002–31 de março de 2002 (critério de desempenho)	11,4
1º de janeiro de 2002–30 de junho de 2002 (meta indicativa)	25,0
1º de janeiro de 2002–30 de setembro de 2002 (meta indicativa)	34,1

1/ Conforme definido mais adiante.

2/ Resultado primário acumulado do setor público consolidado.

3. O resultado primário acumulado do setor público consolidado é definido como sendo a soma dos resultados primários acumulados das diversas entidades que compõem o setor público. O setor público é definido como sendo o governo central, os governos estaduais e municipais e as empresas públicas (federais, estatais e municipais); o governo central compreende o governo federal, o sistema de previdência social e o Banco Central do Brasil (BCB).

4. Para qualquer mês, o resultado primário do setor público consolidado corresponde, em reais (R\$), ao total dos juros líquidos (isto é, os juros líquidos calculados no regime de competência sobre a dívida interna líquida consolidada do

setor público, mais os juros líquidos devidos (competência contratual) sobre a dívida externa líquida do setor público), menos as necessidades de financiamento do setor público consolidado, correspondendo o setor público à definição acima. Para os títulos governamentais indexados à taxa de câmbio, a taxa de juros é a variação percentual acumulada da taxa de câmbio do dólar americano frente ao real mais a taxa de juros fixa (taxa de cupom). Essa taxa de juros fixa (cupom) se aplica ao valor nominal do título, reajustado pela variação do dólar em relação ao real desde a data de emissão até a data em questão. Para qualquer mês, as necessidades de financiamento do setor público consolidado são definidas como sendo a variação do saldo nominal da dívida interna líquida mais a variação da dívida externa líquida, convertida em reais à taxa de câmbio R\$/US\$ média observada no período.* O estoque da dívida interna indexada ao dólar americano é reavaliado no final de um dado mês em função da variação do real frente ao dólar durante o mês. Ao resultado desse cálculo somam-se as receitas de privatização do período e subtraem-se os valores correspondentes ao reconhecimento no período de passivos não registrados. O resultado primário acumulado a partir de 1º de janeiro de determinado ano até a data relevante do mesmo ano

* A dívida em moeda estrangeira denominada em moedas que não sejam dólares dos Estados Unidos será convertida primeiramente em US\$ às taxas efetivas médias de câmbio para o período.

é a soma dos resultados primários mensais do setor público consolidado nesse período.

ii) Meta indicativa para a dívida líquida do setor público consolidado 1/

Teto 2/	(Em bilhões de R\$)
<hr/>	
Total da dívida líquida do setor público consolidado	
Final de setembro de 2001 (meta indicativa)	680,0
Final de dezembro de 2001 (meta indicativa)	700,0
Final de março de 2002 (meta indicativa)	720,0
Final de junho de 2002 (meta indicativa)	730,0
Final de setembro de 2002 (meta indicativa)	750,0

1/ O setor público está definido acima; a dívida líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo do total da dívida líquida do setor público consolidado.

5. A dívida líquida total do setor público consolidado (dívida líquida total) é igual à dívida bruta do setor público (incluindo a base monetária) menos os ativos financeiros do setor público; é definida como sendo a soma da dívida interna líquida mais a dívida externa líquida (expressas em reais) do governo central, dos governos estaduais e municipais e das empresas públicas (federais, estaduais e municipais), definindo-se o governo central como anteriormente.

6. A dívida líquida total do setor público consolidado é medida pelo conceito de competência (incluindo a apropriação de juros por competência) para o componente interno da dívida e pelo conceito de competência contratual (juros devidos) para o componente externo da dívida. O estoque da dívida externa e da dívida interna com indexação cambial é

contabilizado à taxa de câmbio R\$/US\$ praticada no fim de cada período.

7. O governo central continuará a incluir em sua dívida registrada vários passivos não registrados que se encontram pendentes atualmente. Os tetos indicados acima para o total da dívida líquida do setor público consolidado baseiam-se na trajetória projetada das receitas de privatização (aqui definidas como excluindo as receitas de concessões) e no reconhecimento dos passivos não registrados que constam do Quadro 2 abaixo. Esses tetos serão ajustados para menos (ou para mais) conforme as receitas de privatização excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo; eles serão ajustados para mais (ou para menos) conforme o reconhecimento dos passivos não registrados exceda (ou não alcance) os valores constantes do Quadro 2 abaixo.

B. Metas do Setor Externo

i) Critério de desempenho para a dívida externa do setor público não financeiro 1/

	Teto (Em bilhões de US\$)
Estoque da dívida externa total do setor público não financeiro em:	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	95,0
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	94,8
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	96,4
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	96,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	97,6

1/ Os dados deste quadro se aplicam ao total da dívida externa desembolsada e pendente do setor público não financeiro. O setor público não financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de previdência social. As eventuais responsabilidades para com o FMI não se incluem no estoque da dívida.

8. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida¹ desembolsada e pendente é definido como sendo o estoque da dívida desembolsada e pendente no fim do trimestre anterior, mais os desembolsos brutos efetuados durante o trimestre em questão, menos os pagamentos brutos de amortização efetuados durante o trimestre em questão.

9. Os limites acima mencionados serão ajustados para mais em função de qualquer novo endividamento externo contraído para o efeito de efetuar recompra antecipada voluntária junto ao FMI.

ii) Critério de desempenho para a dívida externa do setor privado com garantia pública 1/

	Teto 2/ (Em bilhões de US\$)
<hr/> Estoque da dívida externa pendente com garantia pública em:	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	1,6
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	1,6
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6

1/ O limite se aplica a toda a dívida externa privada garantida pelo setor público. O setor público compreende o setor público não financeiro (conforme definido acima), o BCB e o setor público financeiro.

2/ Estes tetos serão ajustados para mais pelo montante da dívida externa com garantia pública que for efetivamente transferido para o setor privado, ou assumido pelo setor privado, no contexto da privatização de empresas públicas.

¹ O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274—(00/85), de 24 de agosto de 2000).

10. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa garantida pelo setor público é definido como sendo o estoque da dívida externa garantida pelo setor público pendente no fim do trimestre anterior mais o acréscimo líquido de dívida externa garantida pelo setor público durante o trimestre em questão.

iii) Critério de desempenho para a dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro 1/

	Teto (Em bilhões de US\$)
<hr/> Estoque do total da dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro em:	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	3,5
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	3,5
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5

1/ As cifras deste quadro se aplicam a toda a dívida externa (desembolsada e pendente) do setor público não financeiro com vencimento original estritamente inferior a um ano. O setor público não financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de previdência social. Excluem-se quaisquer passivos incorridos para com o FMI.

11. A dívida² de curto prazo é definida como sendo toda a dívida com vencimento original estritamente inferior a um ano.

² O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274-(00/85), de 24 de agosto de 2000).

Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa de curto prazo (desembolsada e pendente) é definido como sendo o estoque da dívida externa de curto prazo (desembolsada e pendente) no fim do trimestre anterior, mais os fluxos líquidos relativos aos desembolsos e amortizações da dívida de curto prazo efetuados durante o trimestre em questão.

12. Os limites apresentados acima serão ajustados para mais em função de qualquer novo endividamento externo contraído para o efeito de efetuar recompra antecipada voluntária junto ao FMI.

iv) Critério de desempenho para as reservas internacionais líquidas (RIL) no BCB 1/

	Piso (Em bilhões de US\$)
Estoque das reservas internacionais líquidas no BCB em 31 de julho de 2001 2/ 32,2	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de outubro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de novembro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de janeiro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de fevereiro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de abril de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de maio de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de julho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de agosto de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de outubro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de novembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0

1/ As RIL são medidas conforme definição apresentada abaixo.

2/ Calculadas aos valores constantes de taxas de câmbio cruzadas e dos preços do ouro especificados no documento EBS/01/36.

13. As RIL no BCB equivalem ao conceito de reservas internacionais líquidas ajustadas (reservas internacionais líquidas no BCB) usado no balanço de pagamentos e

compreendem as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto.

14. As reservas oficiais brutas são definidas como sendo as disponibilidades com liquidez, expressas em moeda estrangeira, no BCB. As reservas oficiais brutas compreendem: i) disponibilidades monetárias, ii) ouro não comprometido, iii) haveres em DES, iv) a posição de reserva no FMI; e v) haveres em instrumentos de renda fixa. Os itens de i) a iv) serão contabilizados pelos preços de fim de período indicados no Quadro 3 abaixo. O item (v) será contabilizado a preços de mercado. As reservas oficiais brutas não incluirão as quotas de participação em instituições financeiras internacionais, os haveres em moedas não conversíveis, nem os haveres de outros metais preciosos que não o ouro.

15. O passivo externo bruto do setor público compreende: i) as responsabilidades em moeda estrangeira com vencimento original de um ano ou menos; ii) a utilização de recursos do FMI; e iii) a eventual posição cambial líquida devedora — definida como a diferença entre a posição vendida e a posição comprada — contraída diretamente pelo BCB ou por qualquer outra instituição financeira atuando em nome do BCB. Os itens de i) a iii) serão contabilizados pelos preços indicados no Quadro 3 abaixo. Os aumentos dos créditos expressos em moeda estrangeira (a vista ou a termo) contra residentes ou

contra filiais ou subsidiárias estrangeiras de instituições brasileiras não serão incluídos no cômputo das RIL no BCB.

v) Critério de desempenho para a exposição do BCB nos mercados de futuros cambiais

16. O BCB continuará a abster-se de negociar contratos de futuros cambiais, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição que atue como seu agente financeiro. Este é um critério de desempenho nos termos do acordo stand-by.

vi) Critérios de desempenho sobre a exposição do BCB nos mercados cambiais a termo

17. O BCB continuará a abster-se de negociar contratos de câmbio a termo, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição que atue como seu agente financeiro. Este é um critério de desempenho nos termos do acordo stand-by.

C. Metas Monetárias

i) Mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses

18. As bandas trimestrais de consulta em torno da projeção central para a taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)) são as seguintes:

Bandas de consulta para a variação da taxa de 12 meses do IPCA (em porcentagens)

	Setembro 2001	Dezembro 2001	Março 2002	Junho 2002	Setembro 2002
Banda larga (limite superior)	8,0	7,8	7,8	7,3	6,2
Banda estreita (limite superior)	7,0	6,8	6,8	6,3	5,2
<i>Projeção Central</i>	6,0	5,8	5,8	5,3	4,2
Banda estreita (limite inferior)	5,0	4,8	4,8	4,3	3,2
Banda larga (limite inferior)	4,0	3,8	3,8	3,3	2,2

19. As perspectivas de inflação constituirão uma parte relevante de cada avaliação do acordo. Além disso, caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda estreita indicada no quadro acima, o BCB discutirá com o corpo técnico do FMI medidas de política apropriadas. Caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda larga indicada acima, as autoridades deverão consultar o Conselho de Administração do FMI (doravante denominado "o Conselho") a respeito das medidas de política propostas.

II. INDICADORES DE REFERÊNCIA ESTRUTURAIS E ESTATÍSTICOS

A. Indicadores de Referência Estruturais

Até o Final de setembro de 2001

- Conclusão da revisão e adaptação aos padrões internacionais do plano de contas das instituições financeiras, das normas para registro e avaliação do ativo e do passivo dessas instituições, e da apresentação das demonstrações financeiras das instituições financeiras ao BCB e ao público em geral.
- Continuidade dos progressos no processo de preparação para a privatização dos bancos estaduais federalizados .

Até o Final de dezembro de 2001

- Início do processo de implantação pelo BCB de uma estrutura para a elaboração de um sistema de classificação dos bancos, com base em relatório apresentado por consultor privado..
- Conclusão do desenho do novo sistema de supervisão bancária à distância
- Após a promulgação da emenda constitucional pertinente, apresentação de proposta de legislação para regulamentar a tributação explícita dos derivados do petróleo.
- Progressos nos leilões de privatização dos bancos estaduais federalizados .

Outros indicadores de referência estruturais poderão ser acordados quando da primeira revisão do acordo stand-by.

B. Indicadores de Referência Estatísticos

Até o Final de setembro de 2001

- Início da publicação dos agregados monetários amplos calculados de acordo com nova definição que os torne comparáveis internacionalmente.
- Início da publicação periódica de dados trimestrais do PIB por categorias de despesas e em preços correntes e constantes. A defasagem entre a publicação desses indicadores e os períodos a que eles se referem não deverá exceder três meses.

III. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

20. As autoridades continuarão a proporcionar ao corpo técnico do FMI os dados específicos indicados a seguir, entre outros (com as periodicidades e nos prazos indicados):

- Composição das reservas internacionais brutas, pelo conceito de caixa e pelo conceito de liquidez internacional (semanalmente, na semana seguinte);

- Níveis das reservas internacionais brutas e das reservas internacionais líquidas, definidas pelo conceito de RIL (diariamente, no dia útil seguinte);

- Posição do BCB em futuros cambiais, incluindo os valores nominais de contratos em aberto, tanto comprados como vendidos, em cada contrato, cobrindo os quatro meses subsequentes (diariamente, no dia útil seguinte caso essa posição for superior a zero);

- Estoques da dívida federal indexada ao câmbio, discriminada por instrumentos, indicando o valor obtido em leilão e o valor nominal atualizado; bem como informações sobre rolagens desses instrumentos, indicando o valor de face dos próximos vencimentos, e as novas colocações dessa dívida (depois de cada leilão, no dia útil seguinte);

- Resultados quantitativos do monitoramento das linhas de crédito externas das instituições financeiras (dois dias úteis depois do prazo de fornecimento das informações por parte dessas instituições) e dos créditos externos de médio e longo prazo sobre devedores não bancários brasileiros (semanalmente, dados referentes à semana anterior).

IV. PRESSUPOSTOS DO PROGRAMA PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os Quadros 2 e 3 abaixo definem as hipóteses do programa para variáveis selecionadas.

Quadro 2. Hipóteses Básicas para Variáveis Selecionadas
(Em milhões de R\$)

	2001		Programa			
	Set	Dez	2002		Set	Dez
			Mar	Jun		
Receitas de privatização (acumuladas no ano) 1/	2 010	12 288	0	3 732	6 182	6 182
Reconhecimento de passivos anteriores e PROES (acumulado no ano)	19 679	26 331	2 534	5 068	7 602	10 136

1/ Excluem-se as receitas de concessões.

Quadro 3. Hipóteses para Taxas de Câmbio Contábeis e Preços do Ouro 1/

	Pressupostos do Programa Terceiro Trimestre de 2001
DES (US\$/DES, fim de período)	1,251
Preço do ouro (US\$/onça, fim de período)	266,0

1/ As moedas não indicadas neste quadro serão primeiro convertidas pela taxa oficial aplicada pelo Departamento de Tesouraria do FMI em 31 de agosto de 2001.

Carta do Ministro da Fazenda ao Diretor-Geral do FMI (12.09.2001)

Brasil - Memorando de Política Econômica (12.09.2001)

BRASIL - MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTOS

1. Este Memorando Técnico de Entendimento (MTE) especifica os critérios de desempenho (CDs), as metas indicativas (MIs), os indicadores de referência estruturais (IREs) e os pressupostos que serão aplicados no contexto do acordo Stand-By em 2001 e 2002.

I. PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSOS E REVISÕES DO ACORDO

2. A programação geral de desembolsos e revisões do acordo em 2001 e 2002 consta do Quadro-1 a seguir:

A. Quadro 1. Brasil: Programação de Desembolsos e Revisões do Acordo

Valores Disponíveis (Em Milhões de DES) e Fontes	Datas de Disponibilidade Inicial	Condições e Observações
358,625 das PCs 1/	15 de dezembro de 2001	Conclusão da primeira avaliação e cumprimento dos CDs relevantes previstos no acordo (final de setembro de 2001).
358,625 das PCs 3.316,958 do SRF 2/	22 de março de 2002	Conclusão da segunda avaliação e cumprimento dos CDs relevantes previstos no acordo (final de dezembro de 2001).
358,625 das PCs 3.316,958 do SRF	14 de junho de 2002	Conclusão da terceira avaliação e cumprimento dos CDs relevantes previstos no acordo (final de março de 2002).
379,513 das PCs	30 de agosto de 2002	Conclusão da quarta avaliação e cumprimento dos CDs relevantes previstos no acordo (final de junho de 2002).
379,513 das PCs	29 de novembro de 2002	Cumprimento dos CDs relevantes previstos no acordo (final de setembro de 2002).

1/ PCs: Parcelas de crédito no FMI.

2/ SRF: Programa de Financiamento de Reserva Suplementar.

II. METAS QUANTITATIVAS

1. Metas Fiscais

i) Critério de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado 1/

	Piso 2/ (bilhões de R\$)
Resultado primário do setor público consolidado, acumulado no exercício	
1º de janeiro de 2001 - 30 de setembro de 2001 (preliminar)	41,2
1º de janeiro de 2001 - 31 de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	40,2
1º de janeiro de 2002 - 31 de março de 2002 (critério de desempenho)	11,4
1º de janeiro de 2002 - 30 de junho de 2002 (critério de desempenho)	25,0
1º de janeiro de 2002 - 30 de setembro de 2002 (critério de desempenho)	34,1

1/ Conforme definido mais adiante.

2/ Superávit primário mínimo acumulado do setor público consolidado.

3. O resultado primário acumulado do setor público consolidado é definido como sendo a soma dos resultados primários acumulados das diversas entidades que compõem o setor público. O setor público é definido como sendo o governo central, os governos estaduais e municipais, e as empresas públicas (federais, estaduais e municipais); o governo central compreende o governo federal, o sistema de previdência social, e o Banco Central do Brasil (BCB).

4. Para qualquer mês, o resultado primário do setor público consolidado corresponde, em reais (R\$), ao total dos juros líquidos [isto é, os juros líquidos calculados no regime de competência sobre a dívida interna líquida consolidada do setor público, mais os juros líquidos devidos (competência contratual) sobre a dívida externa líquida do setor público] menos as necessidades de financiamento do setor público consolidado, correspondendo o setor público à definição acima. Para os títulos governamentais indexados à taxa de câmbio, a taxa de juros é a variação percentual acumulada da taxa de câmbio do dólar norte-americano frente ao real mais a taxa de juros fixa (taxa de cupom). Essa taxa de juros fixa (cupom) se aplica ao valor nominal do título, reajustado pela variação do dólar norte-americano em relação ao real desde a data de emissão até a data em questão. Para qualquer mês, as necessidades de financiamento do setor público consolidado são definidas como sendo a variação do saldo nominal da dívida interna líquida mais a variação da dívida externa líquida, convertida em reais à taxa de câmbio média (R\$/US\$) observada no período¹. O estoque da dívida interna indexada ao dólar norte-americano é reavaliado no final de um dado mês em função da variação no real frente ao dólar norte-americano durante o mês. Ao resultado desse

¹ A dívida em moeda estrangeira denominada em moeda que não seja o dólar norte-americano (US\$) é primeiramente convertida para o dólar à taxa de câmbio média observada no período.

cálculo, somam-se as receitas de privatização do período e subtraem-se os valores correspondentes ao reconhecimento no período de passivos não-registrados. O resultado primário acumulado a partir de 1º de janeiro de um determinado ano até a data relevante do mesmo ano é a soma dos saldos primários mensais do setor público consolidado nesse período.

ii) Meta indicativa para a dívida líquida do setor público consolidado 1/

	Teto 2/ (bilhões de R\$)
Total da dívida líquida do setor público consolidado	
Final de setembro de 2001 (preliminar)	671,9
Final de dezembro de 2001 (meta indicativa)	700,0
Final de março de 2002 (meta indicativa)	720,0
Final de junho de 2002 (meta indicativa)	730,0
Final de setembro de 2002 (meta indicativa)	750,0

1/ O setor público está definido acima; a dívida líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo do total da dívida líquida do setor público consolidado.

5. A dívida líquida total do setor público consolidado (dívida líquida total) é igual à dívida bruta do setor público (incluindo a base monetária) menos os ativos financeiros do setor público; é definida como sendo a soma das dívidas registradas líquidas interna e externa (expressa em reais) do governo central, dos governos estaduais e municipais, e das empresas públicas (federais, estaduais e municipais), definindo-se o governo central como anteriormente.

6. A dívida líquida total do setor público consolidado é medida pelo conceito de competência (incluindo juros vencidos e não pagos) para o componente interno da dívida e pelo conceito de juros devidos (competência contratual) para o componente externo da dívida. O estoque da dívida externa e da dívida interna indexada ao câmbio é contabilizado pela taxa de câmbio (R\$/US\$) praticada ao final de cada período.

7. O governo central continuará a incluir em sua dívida registrada vários passivos não-registrados que se encontram pendentes no momento. Os tetos apresentados acima, referentes ao total da dívida líquida do setor público consolidado, baseiam-se na trajetória estimada das receitas de privatização (aqui definidas como excluindo as receitas de concessões) e no reconhecimento dos passivos não-registrados que constam do Quadro 2 abaixo. Esses tetos serão ajustados para baixo (ou ajustados para cima) conforme as receitas de privatização excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo; eles serão ajustados para cima (ou ajustados para baixo) conforme o reconhecimento dos passivos não-registrados excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo.

2. Metas do Setor Externo

i) Critério de desempenho para a dívida externa do setor público não-financeiro 1/

	Teto (bilhões de US\$)
Estoque do total da dívida externa do setor público não-financeiro em:	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	95,0
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	94,8
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	96,4
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	96,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	97,6

1/ Os dados deste quadro se aplicam ao total da dívida externa do setor público não-financeiro que foi desembolsada e continua pendente de pagamento. O setor público não-financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de previdência social. As eventuais responsabilidades para com o FMI não se incluem no estoque da dívida.

8. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida² desembolsada e pendente de pagamento é definido como sendo o estoque da dívida desembolsada e pendente de pagamento no fim do trimestre anterior, mais os desembolsos brutos efetuados durante o trimestre em questão, menos os pagamentos brutos de amortização efetuados durante o trimestre em questão.

9. Os limites acima mencionados serão ajustados para cima a fim de acomodar qualquer novo endividamento externo contraído com o objetivo de efetuar recompra voluntária antecipada de parcela ao Fundo.

ii) Critério de desempenho para a dívida externa do setor privado com garantia pública1/

	Teto 2/ (bilhões de US\$)
Estoque da dívida externa com garantia pública	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	1,6
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	1,6
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6

1/ O limite se aplica à toda a dívida externa do setor privado garantida pelo setor público. O setor público inclui o setor público não-financeiro (conforme definido acima), o BCB e o setor público financeiro.

² O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto nº 9 das Normas do FMI para Critérios de Desempenho referentes à Dívida Externa [Decisão nº 12.274-(00/85) de 24 de Agosto de 2000].

2/ Estes tetos serão ajustados para cima pelo montante da dívida externa com garantia pública que for efetivamente transferido ou assumido pelo setor privado no contexto das privatizações de empresas públicas.

10. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa garantida pelo setor público é definido como sendo o estoque da dívida externa garantida pelo setor público pendente ao final do trimestre anterior, mais acréscimo líquido da dívida externa garantida pelo setor público durante o trimestre em questão.

iii) Critério de desempenho para a dívida externa de curto-prazo do setor público não-financeiro 1/

	Teto (bilhões de US\$)
Estoque do total da dívida externa de curto-prazo do setor público não-financeiro em:	
Final de setembro de 2001 (critério de desempenho)	3,5
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	3,5
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5

1/ Os valores deste quadro se aplicam ao total da dívida externa (desembolsada e pendente) do setor público não-financeiro com vencimentos originais estritamente inferiores a um ano. O setor público não-financeiro inclui os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas, e o sistema de previdência social. Excluem-se quaisquer passivos contraídos com o FMI.

11. A dívida de curto-prazo³ é definida como sendo toda a dívida cujo vencimento original é estritamente inferior a um ano. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente) é definida como sendo o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente) ao final do trimestre anterior, mais os fluxos líquidos relativos aos desembolsos e amortizações da dívida de curto prazo realizados durante o trimestre em questão.

12. Os limites apresentados acima serão ajustados para cima, a fim de acomodar o endividamento externo que for feito com a finalidade de efetuar recompra voluntária antecipada junto ao Fundo.

³ O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto nº 9 das Normas do FMI para Critérios de Desempenho referentes à Dívida Externa [Decisão nº 12.274-(00/85) de 24 de Agosto de 2000].

iv) Critério de desempenho para as reservas internacionais líquidas (RIL) junto ao BCB

1/

	Piso (bilhões de US\$)
Estoque das reservas internacionais líquidas junto ao BCB em 31 de julho de 2001 2/	32,1
Final de setembro de 2001 (preliminar)	31,7
Final de outubro de 2001 (preliminar)	29,1
Final de novembro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de dezembro de 2001 (critério de desempenho)	20,0
Final de janeiro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de fevereiro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de abril de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de maio de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de julho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de agosto de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de outubro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de novembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0

1/ As RIL são medidas conforme definição abaixo.

2/ Calculada aos valores constantes de taxas de câmbio cruzadas e dos preços do ouro conforme especificado no EBS/01/36.

13. As RIL junto ao BCB equivalem ao conceito de reservas internacionais líquidas junto ao BCB pelo conceito do balanço de pagamentos (reservas internacionais líquidas ajustadas) e incluem as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto.

14. As reservas oficiais brutas são definidas como sendo direitos líquidos denominados em moeda estrangeira no BCB. As reservas oficiais brutas incluem: (i) direitos monetários; (ii) ouro não-comprometido; (iii) haveres em DES; (iv) posição de reservas junto ao FMI; e (v) haveres em instrumentos de renda fixa. Os itens (i) a (iv) serão contabilizados pelos preços de final de período exibidos no Quadro 3 abaixo. O item (v) será contabilizado a preços de mercado. As reservas oficiais brutas não incluirão as cotas de participação em instituições financeiras internacionais, os haveres em moedas não conversíveis e os haveres em outros metais preciosos, à exceção do ouro.

15. O passivo externo bruto do setor público inclui: (i) o passivo em moeda estrangeira com vencimento original de um ano ou menos; (ii) o uso dos recursos do Fundo; e (iii) o eventual passivo cambial líquido a termo - definido como posição vendida menos a posição comprada - contraído diretamente pelo BCB ou por qualquer outra instituição financeira em nome do BCB. Os itens (i) a (iii), serão contabilizados pelos preços indicados no Quadro 3 abaixo. Os aumentos dos direitos denominados em moeda estrangeira (tanto à vista como a termo) contra residentes, ou contra filiais ou subsidiárias estrangeiras de instituições brasileiras, não serão incluídos no cômputo das RIL no BCB.

v) Critério de desempenho para a exposição do BCB em mercados futuros de câmbio.

16. O BCB continuará a abster-se de negociar contratos futuros em moeda estrangeira, tanto diretamente como por meio de qualquer instituição utilizada como seu agente financeiro. Isso constitui um critério de desempenho no âmbito do acordo.

vi) Critério de desempenho para a exposição do BCB em mercados a termo de câmbio.

17. O BCB continuará a abster-se de negociar contratos a termo em moeda estrangeira, tanto diretamente como por meio de qualquer instituição utilizada como seu agente financeiro. Isso constitui um critério de desempenho no âmbito do acordo.

3. Metas Monetárias.

i) Mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses

18. As bandas trimestrais de consulta em torno da meta da taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (mensurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) são as seguintes:

Bandas de consulta para a variação da taxa de 12 meses do IPCA (em percentagem)

	Efetiva setembro setembro 2001	dezembro 2001	março 2002	junho 2002	
2002					
Banda larga (limite superior)	...	7,8	7,8	7,3	6,2
Banda estreita (limite superior)	...	6,8	6,8	6,3	5,2
<i>Ponto Central</i>	6,5	5,8	5,8	5,3	4,2
Banda estreita (limite inferior)	...	4,8	4,8	4,3	3,2
Banda larga (limite inferior)	...	3,8	3,8	3,3	2,2

19. As perspectivas de inflação constituirão uma parte relevante de cada avaliação do acordo. Além disso, caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda estreita indicada no quadro acima, o BCB discutirá com o corpo técnico do FMI medidas de política apropriadas. Caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda larga indicada acima, as autoridades deverão consultar a Diretoria Executiva do FMI (doravante denominada Diretoria) sobre propostas de políticas a serem adotadas.

III. INDICADORES DE REFERÊNCIA ESTRUTURAIS E ESTATÍSTICOS

A. Indicadores de Referência Estruturais

Até o final de dezembro 2001

- Início do processo de implantação pelo BCB de estrutura para a elaboração de sistema de classificação dos bancos, com base em relatório apresentado por consultor privado.
- Conclusão do desenho do novo sistema de supervisão indireta de bancos.
- Apresentação de proposta de legislação ao Congresso para permitir a introdução de tributação explícita sobre produtos de petróleo, após a aprovação da emenda constitucional pertinente.
- Progressos nos leilões de privatização dos bancos estaduais federalizados.
- Conclusão da revisão e conversão para os padrões internacionais do plano de contas para as instituições financeiras.

Até o final de março 2002

- Progressos adicionais em relação aos leilões dos bancos estaduais federalizados.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento sistemático dos limites operacionais, incluindo a medição do índice de capitais da Basileia, do patrimônio líquido mínimo, da exposição em moeda estrangeira e do provisionamento sobre o portfólio de crédito dos bancos, com dados fornecidos pelos bancos ao Departamento de Supervisão Indireta do Banco Central.
- Início da divulgação pelo BCB, em maior frequência, dos relatórios consolidados da análise do cumprimento pelo sistema bancário do limite para ativos fixos e do quociente de capital da Basileia.

Até o final de junho 2002

- Progressos adicionais em relação aos leilões dos bancos estaduais federalizados.
- Apresentação ao Congresso de proposta de legislação que permita a criação de fundos de previdência complementar para servidores públicos civis federais, após a promulgação de legislação pertinente.
- Desenvolvimento de sistema de monitoramento com a finalidade de verificar a qualidade dos dados contábeis fornecidos ao Departamento de Supervisão Indireta do BCB, em termos da consistência dos dados e da exatidão das alterações significativas informadas quanto a dados contábeis, como níveis e composição de crédito, riscos de crédito de portfólio e diversificação de risco.

Até o final de setembro 2002

- Conclusão da revisão das diferenças entre as práticas internacionalmente aceitas e aquelas adotadas pelo Brasil para o uso de auditores externos independentes, a fim de se avaliar a propriedade de se adotar tais práticas internacionais.
- Desenvolvimento de conjunto simplificado de indicadores, a partir dos dados atualmente informados ao Departamento de Supervisão Indireta do BCB, para aferir a

solidez econômica e financeira dos bancos e das instituições financeiras não-bancárias, e de registro dos maiores tomadores de recursos do sistema financeiro.

- Conclusão da atualização das normas existentes relativas ao licenciamento de empresas e indivíduos para operar ou atuar como funcionários de instituições financeiras, incluindo a adoção de abordagem de estágios múltiplos para o processo de licenciamento; a introdução de exigência para que as empresas apresentem planos operacionais detalhados antes do licenciamento, incluindo informação sobre a estrutura e organização da empresa, controles internos e gestão da empresa; e a exigência de que o processo de licenciamento inclua as considerações sobre o impacto causado pela nova instituição financeira quanto à concentração de mercado e à concorrência.

IV. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

20. Os dados específicos que continuarão sendo prestados pelas autoridades aos técnicos do Fundo incluem os seguintes (conforme as frequências e defasagens indicadas):

- Composição das reservas internacionais brutas nos conceitos de caixa e de liquidez internacional (semanalmente, na semana seguinte);
- Os níveis das reservas internacionais brutas e das reservas internacionais líquidas definidas pelo conceito das RIL (diariamente, no dia útil seguinte);
- As posições do BCB em futuros de câmbio, incluindo os valores nacionais de contratos em aberto, tanto comprados como vendidos, para cada contrato, cobrindo os quatro meses subsequentes (diariamente, no dia útil seguinte, caso essa posição seja superior a zero);
- Estoques da dívida federal indexada ao câmbio, discriminada por instrumento, indicando os valores dos leilões (preço de lastro) e valores nominais atualizados, assim como informações sobre a rolagem desses instrumentos, indicando o valor de face dos próximos vencimentos, e as novas emissões dessa dívida (após cada leilão, com defasagem de um dia);
- Resultados quantitativos do monitoramento das linhas de crédito externas das instituições financeiras (dois dias úteis após o prazo de fornecimento das informações por parte dessas instituições), assim como dos créditos externos de médio e longo prazos sobre devedores brasileiros não-bancários (semanalmente, dados referentes à semana anterior).

V. PRESSUPOSTOS DO PROGRAMA PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os Quadros 2 e 3 abaixo definem as hipóteses do programa para algumas variáveis selecionadas.

Quadro 2. Hipóteses Básicas para Variáveis Selecionadas
(em milhões de R\$)

	2001 dez.	Programa			
		2002		2002	
		mar.	jun.	set.	dez.
Receitas de privatização (acumul. no ano) 1/	8.080	198	5.869	10.982	10.982
Reconhecimento de passivos anteriores e PROES (acumul. no ano)	26.796	2.528	5.066	8.345	10.892

1/ Excluem-se as receitas de concessões.

Quadro 3. Hipóteses para as Taxas de Câmbio Contábeis e Preço do Ouro 1/

	Pressupostos do Programa Terceiro Trimestre de 2001
DES (US\$/DES, fim de período)	1,251
Preço do Ouro (US\$/onça, fim de período)	266,0

1/ Outras moedas não mencionadas nesse quadro serão primeiramente convertidas usando-se a taxa oficial adotada pelo Departamento de Tesouro do Fundo em 31 de agosto de 2001.

BRASIL— MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

1. Este Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de desempenho (CDs), as metas indicativas (MIs), os parâmetros estruturais (PEs), e os pressupostos que serão aplicados no âmbito do Acordo *Stand-By* durante o ano de 2002.

I PROGRAMAÇÃO DOS DESEMBOLSOS E REVISÕES DO ACORDO

2. A programação dos desembolsos, e as revisões para o restante de 2002 constam do Quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Brasil: Programação dos Desembolsos e Revisões do Acordo

Valores Disponíveis (em milhões de DESs) e Fontes	Datas Iniciais de Disponibilidade	Condições e Observações
358,625 das Parcelas de Crédito (PC) 3.316,958 das SRFs	14 de junho de 2002	Conclusão da terceira revisão, e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de março de 2002).
379,513 das PCs	30 de agosto de 2002	Conclusão da quarta revisão e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de junho de 2002).
379,513 das PCs	29 de novembro de 2002	Cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de setembro de 2002).

II. METAS QUANTITATIVAS

A. Metas Fiscais

(i) Critério de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado 1/

	Piso 2/ (em bilhões de R\$)
Resultado primário de setor público consolidado – acumulado no exercício em:	
1 de janeiro de 2001–30 de setembro de 2001 (preliminar)	43,7
1 de janeiro de 2002–31 de março de 2002 (preliminar)	11,6
1 de janeiro de 2002–31 de junho de 2002 (critério de desempenho)	25,0
1 de janeiro de 2002–30 de setembro de 2002 (critério de desempenho)3/	34,1

1/ Conforme definido abaixo.

2/ Superávit primário acumulado mínimo do setor público consolidado.

3/ Em 30 de setembro, o piso será ajustado para baixo por um montante igual ao investimento da Petrobras, mais (i) o resultado primário corrente observado da Petrobras (receitas menos despesas correntes exceto despesas com juros) menos o resultado programado de R\$10,6 bilhões; ou (ii) zero, o que for menor. Em nenhuma hipótese, todavia, o fator de ajuste será menor do que zero.

3. O resultado primário acumulado do setor público consolidado é definido como sendo a soma dos resultados primários acumulados das diversas entidades que compõem o setor público. O setor público é definido como sendo o governo central, os governos estaduais e municipais, e as empresas públicas (federais, estaduais e municipais); o governo central compreende o governo federal, o sistema de previdência social e o Banco Central do Brasil (BCB).

4. Para qualquer mês, o resultado primário do setor público consolidado corresponde, em reais (R\$), ao total dos juros líquidos (isto é, os juros líquidos calculados pelo regime de competência sobre a dívida interna líquida consolidada do setor público, mais os juros líquidos devidos—competência contratual—sobre a dívida externa líquida do setor público), menos as necessidades de financiamento do setor público consolidado, correspondendo o setor público à definição acima. Para os títulos governamentais indexados à taxa de câmbio, a taxa de juros é a variação percentual acumulada da taxa de câmbio do dólar norte-americano frente ao real, mais a taxa de juros fixa (taxa de cupom). Essa taxa de juros fixa (cupom) se aplica ao valor nominal do título, reajustado pela variação do dólar em relação ao real desde a data de emissão até a data em questão. Para qualquer mês, as necessidades de financiamento do setor público consolidado, são definidas como sendo a variação da dívida interna nominal líquida mais a variação da dívida externa líquida, convertida em Reais à taxa de câmbio R\$/US\$ média observada no período¹. O estoque da dívida interna indexada ao dólar norte-americano é reavaliado ao

¹ A dívida em moeda estrangeira denominada em moedas que não sejam dólares norte-americanos, será convertida primeiramente para dólares norte-americanos às taxas de câmbio médias efetivas para o período.

final de um dado mês, em função da variação do real frente ao dólar norte-americano durante o mês. Ao resultado deste cálculo somam-se as receitas de privatização do período, e subtraem-se os valores correspondentes ao reconhecimento, no período, de passivos não-registrados. O resultado primário acumulado a partir de 1º de janeiro de um determinado ano até a data relevante do mesmo ano, é a soma dos resultados primários mensais do setor público consolidado nesse período.

(ii) Critério de desempenho para o saldo primário do setor público consolidado exceto Petrobras 1/

Piso
(em bilhões de R\$)

Saldo primário acumulado do setor público consolidado do ano fiscal, exceto Petrobras

1 de janeiro de 2001 a 30 de setembro de 2001 31,0

1/ Conforme definido abaixo.

5. O saldo primário do setor público consolidado exceto Petrobras será definido da mesma forma que o saldo primário do setor público consolidado, exclusive o saldo primário da Petrobras.

(iii) Meta indicativa da dívida líquida do setor público consolidado 1/

Teto 2/
(em bilhões de R\$)

Dívida total líquida do setor público consolidado

Final de dezembro de 2001 (preliminar)	660,9
Final de março de 2002 (preliminar)	680,7
Final de junho de 2002 (meta indicativa)	720,0
Final de setembro de 2002 (meta indicativa)3/	730,0

1/ O setor público é definido conforme consta acima; a dívida líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo do total da dívida líquida do setor público consolidado.

3/ Para setembro, o teto indicativo será acrescido por uma importância igual ao fator de ajuste definido para o critério de desempenho do superávit primário do setor público consolidado acima, se aplicável.

6. A dívida líquida total do setor público consolidado (dívida líquida total) é igual à dívida bruta do setor público (incluindo a base monetária), menos os ativos financeiros do setor público; é definida como sendo a soma da dívida interna líquida, mais a dívida externa líquida (expressa em Reais) do governo central, dos governos estaduais e dos

governos municipais, e das empresas públicas (federais, estaduais e municipais), definindo-se o governo central como o foi anteriormente.

7. A dívida líquida total do setor público consolidado é medida pelo conceito de competência (incluindo a apropriação de juros também pelo regime de competência) para o componente interno da dívida, e pelo conceito de competência contratual (juros devidos) para o componente externo da dívida. O estoque da dívida externa e da dívida interna com indexação cambial, é contabilizado à taxa de câmbio R\$/US\$ vigente no fim de cada período.

8. O governo central continuará a incluir em sua dívida registrada vários passivos não-registrados que se encontram atualmente pendentes. Os tetos indicados acima para o total da dívida líquida do setor público consolidado, baseiam-se na trajetória projetada das receitas de privatização (aqui definidas como excluindo as receitas de concessões) e no reconhecimento dos passivos não-registrados que constam do Quadro 2 abaixo. Estes tetos serão ajustados para menos (ou para mais) conforme as receitas de privatização excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo; eles serão ajustados para mais (ou para menos) conforme o reconhecimento dos passivos não-registrados excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo.

B. Metas do Setor Externo

(i) Critério de desempenho para a dívida externa do setor público não-financeiro^{1/}

	Teto (em bilhões de US\$)
Esteque da dívida externa total do setor público não-financeiro em:	
Final de dezembro de 2001	84,8
Final de março 2002 (preliminar)	86,4
Final de junho 2002 (critério de desempenho)	96,5
Final de setembro 2002 (critério de desempenho)	97,6

^{1/} Os dados deste quadro se aplicam ao total da dívida externa desembolsada e pendente do setor público não-financeiro. O setor público não-financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas, e o sistema de previdência social. As eventuais responsabilidades para com o FMI não se incluem no estoque da dívida.

9. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida² desembolsada e pendente, é definido como sendo o estoque da dívida desembolsada e pendente no fim do trimestre anterior,

² O termo "dívida" é definido de conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274 – (00/85), de 24 de agosto de 2000)

mais os desembolsos brutos efetuados durante o trimestre em questão, menos os pagamentos brutos de amortização efetuados durante o trimestre em questão.

10. Os limites acima mencionados serão ajustados para mais, em função de qualquer novo endividamento externo contraído visando à realização de recompra antecipada voluntária junto ao FMI.

(ii) Critério de desempenho para a dívida externa do setor privado com garantia pública^{1/}

Teto ^{2/}
(em bilhões de US\$)

Estoque da dívida externa pendente com garantia pública em:

Final de dezembro de 2001	0,4
Final de março de 2002 (preliminar)	0,4
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6

1/ O limite se aplica a toda a dívida externa privada garantida pelo setor público. O setor público compreende o setor público não-financeiro (conforme definido acima), o BCB e o setor público financeiro.

2/ Estes tetos serão ajustados para mais, pelo montante da dívida externa com garantia pública que for efetivamente transferido para o setor privado, ou assumido pelo setor privado, no contexto da privatização de empresas públicas.

11. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa garantida pelo setor público é definido como sendo o estoque da dívida externa garantida pelo setor público pendente no fim do trimestre anterior, mais o acréscimo líquido de dívida externa garantida pelo setor público durante o trimestre em questão.

(iii) Critério de desempenho para a dívida externa de curto-prazo do setor público não-financeiro ^{1/}

Teto
(em bilhões de US\$)

Estoque do total da dívida externa de curto-prazo do setor público não-financeiro em:

Final de dezembro de 2001	0,4
Final de março de 2002 (preliminar)	0,3
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5

1/ As cifras deste quadro se aplicam a toda a dívida externa (desembolsada e pendente) do setor público não-financeiro com vencimento original estritamente inferior a um ano. O setor público não-financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas, e o sistema de previdência social. Excluem-se quaisquer passivos devidos ao FMI.

12. A dívida de curto-prazo³ é definida como toda a dívida com vencimento original estritamente inferior a um ano. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente), é definida como sendo o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente) ao final do trimestre anterior, mais os fluxos líquidos relativos aos desembolsos e amortizações da dívida de curto-prazo efetuados durante o trimestre em questão.

13. Os limites apresentados acima serão ajustados para mais, em função de qualquer novo endividamento externo contraído visando à realização de recompra antecipada voluntária junto ao FMI.

(iv) Critério de desempenho para as Reservas Internacionais Líquidas (RILs) no BCB 1/

Piso
(em bilhões de US\$)

Estoque das reservas internacionais líquidas no BCB em 31 de julho de 2001 2/	32,1
Final de setembro de 2001	31,7
Final de outubro de 2001	29,1
Final de novembro de 2001	29,0
Final de dezembro de 2001	27,8
Final de janeiro de 2002	28,3
Final de fevereiro de 2002	28,0
Final de março de 2002	28,8
Final de abril de 2002	29,1
Final de maio de 2002	28,7
Final de junho de 2002 (critério de desempenho) 3/	15,0
Final de julho de 2002 (critério de desempenho)	15,0
Final de agosto de 2002 (critério de desempenho)	15,0
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	15,0
Final de outubro de 2002 (critério de desempenho)	15,0
Final de novembro de 2002 (critério de desempenho)	15,0

1/ As RILs são medidas conforme definição abaixo.

2/ Calculados pelos valores constantes das taxas de câmbio cruzadas e dos preços do ouro especificados no documento EBS/01/36.

3/ A partir do final de junho de 2002, modificado conforme solicitação do governo brasileiro em correspondência enviada em 14 de junho de 2002.

14. As RILs no BCB correspondem ao conceito de reservas internacionais líquidas ajustadas do BCB, usado no balanço de pagamentos e compreendem as reservas oficiais brutas, menos o passivo oficial bruto. Quaisquer acréscimos de direitos pertencentes ao BCB denominados em moeda estrangeira (tanto à vista quanto a termo), contra residentes ou contra filiais estrangeiras ou subsidiárias de instituições brasileiras relativamente aos níveis existentes em 14 de setembro de 2001 não serão somados às RILs junto ao BCB.

³ O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274 – (00/85), de 24 de agosto de 2000)

15. As reservas oficiais brutas são definidas como sendo as disponibilidades líquidas, em moeda estrangeira, junto ao BCB. As reservas oficiais brutas compreendem: i) disponibilidades monetárias; ii) ouro não-comprometido; iii) haveres em DES; iv) a posição da reserva junto ao FMI; e v) haveres em instrumentos de renda fixa. Os itens de i) a iv) serão contabilizados pelos preços de fim de período indicados no Quadro 3 abaixo. O item (v) será contabilizado a preços de mercado. As reservas oficiais brutas não incluirão as quotas de participação em instituições financeiras internacionais, os haveres em moedas não-conversíveis, nem tampouco os haveres representados por outros metais preciosos que não o ouro.

16. O passivo externo bruto do setor público compreende: i) as responsabilidades em moeda estrangeira com vencimentos originais de um ano ou menos; ii) a utilização de recursos do FMI; e iii) a eventual posição cambial líquida devedora — definida como a diferença entre a posição vendida e a posição comprada — contraída diretamente pelo BCB ou por qualquer outra instituição financeira atuando em nome do BCB. Os itens de i) a iii) serão contabilizados pelos preços indicados no Quadro 3 abaixo.

(v) Critério de desempenho para a exposição do BCB e do Tesouro nos mercados de futuros.

17. O BCB e o Tesouro continuarão a se abster de negociar contratos de futuros envolvendo reais, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como seu agente financeiro. Este é um critério de desempenho nos termos do acordo *Stand-By*. Esta limitação não se aplica aos contratos de futuros emitidos pelo BCB ou pelo Tesouro, tanto diretamente como mediante qualquer instituição desempenhando o papel de seu agente financeiro, referentes às transações destinadas à rolagem dos instrumentos de dívida existentes indexados à taxa de câmbio, conforme descritos na correspondência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, datada de 4 de março de 2002.

(vi) Critérios de desempenho sobre a exposição do BCB e do Tesouro Nacional nos mercados a termo.

18. O BCB e o Tesouro Nacional continuarão a se abster de negociar contratos a termo envolvendo reais, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como seu agente financeiro. Este é um critério de desempenho nos termos do acordo *Stand-By*. Esta limitação não se aplica aos contratos a termo emitidos pelo BCB ou pelo Tesouro, tanto diretamente como mediante qualquer instituição desempenhando o papel de seu agente financeiro, referentes às transações destinadas à rolagem dos instrumentos de dívida existentes indexados à taxa de câmbio, conforme descritos na correspondência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, datada de 4 de março de 2002.

C. Metas Monetárias

(i) Mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses

19. As bandas trimestrais de consulta para a taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)) são as seguintes:

Bandas de consulta para a taxa de variação em 12 meses do IPCA (em percentagem)

	setembro 2001 (efetiva)	dezembro 2001 (efetiva)	março 2002 (efetiva)	junho 2002	setembro 2002
Banda larga (limite superior)				7,3	6,2
Banda estreita (limite superior)				6,3	5,2
<i>Projeção Central</i>	6,5	7,7	7,8	5,3	4,2
Banda estreita (limite inferior)				4,3	3,2
Banda larga (limite inferior)				3,3	2,2

20. As perspectivas da inflação constituirão um tópico relevante de cada avaliação do acordo. Além disso, caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda estreita indicada no quadro acima, o BCB discutirá com o corpo técnico do FMI as medidas de políticas apropriadas a serem adotadas. Caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda larga indicada acima, as autoridades brasileiras consultarão o Conselho de Administração do FMI (doravante denominado “o Conselho”) a respeito da proposta de medidas a serem adotadas.

III. PARÂMETROS ESTRUTURAIS E ESTATÍSTICOS

A. Parâmetros Estruturais

Até o final de junho de 2002

- Progressos adicionais com relação aos leilões dos quatro bancos estaduais federalizados restantes.

Até o final de setembro de 2002

- Apresentação ao Congresso Nacional de legislação dispendo sobre a criação de fundos de pensão complementar para os servidores públicos federais após a promulgação de legislação pertinente.

- Conclusão da revisão das diferenças entre as práticas internacionalmente aceitas e aquelas adotadas no Brasil para o uso de auditores bancários externos independentes, a fim de se avaliar a conveniência de se implementar tais práticas internacionais.
- Desenvolvimento de um conjunto de indicadores aperfeiçoados, a partir dos dados atualmente reportados ao Departamento de Supervisão Bancária do BCB encarregado da supervisão à distância, para aferir a solidez econômica e financeira dos bancos e das instituições financeiras não-bancárias; e de um cadastro dos maiores tomadores de recursos do sistema financeiro.
- Conclusão da atualização da regulamentação existente relativa ao licenciamento de empresas e indivíduos para operar ou atuar como funcionários de instituições financeiras, incluindo a adoção de uma abordagem de estágios múltiplos para o processo de licenciamento; a introdução de exigência para que as empresas apresentem planos operacionais detalhados antes do licenciamento, incluindo informação sobre a estrutura e organização da empresa, controles internos e governança corporativa; e a exigência de que o processo de licenciamento inclua considerações sobre o impacto da nova instituição financeira sobre a concentração de mercado ou a concorrência.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento com a finalidade de verificar a qualidade dos dados apresentados ao Departamento de Supervisão Bancária do BCB encarregado da supervisão à distância, em termos de consistência dos dados, e a exatidão das alterações significativas reportadas sobre fatos contábeis-chaves, tais como: níveis e composição do crédito; riscos de carteira de crédito; e diversificação de riscos.

IV. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESPECÍFICA

21. Os dados específicos que continuarão a ser fornecidos pelas autoridades brasileiras ao corpo técnico do Fundo incluem (de acordo com a frequência e defasagem indicadas):

- Composição das reservas internacionais brutas, pelo conceito de caixa e pelo conceito de liquidez internacional (semanalmente, na semana subsequente);
- Nível das reservas internacionais brutas e das reservas internacionais líquidas conforme definido sob o conceito de reservas internacionais líquidas (diariamente, no dia útil subsequente);
- Posição do BCB de futuros cambiais envolvendo Reais, incluindo os valores nominais dos contratos de juros em aberto, ambos, comprados e vendidos em cada contrato, para os quatro meses subsequentes (diariamente, no dia útil subsequente caso a posição for maior que zero);
- Saldo dos estoques da dívida federal indexada ao dólar norte-americano, por instrumento, especificando os valores de leilão (preço de lastro) e os valores nominais

atualizados, assim como informações sobre a rolagem destes instrumentos, mostrando o valor de face dos montantes vincendos, e novas colocações dessa dívida (depois de cada leilão, com um dia de defasagem); Quando essas rolagens forem conduzidas de conformidade com os procedimentos descritos na correspondência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central datada de 4 de março de 2002, o BCB deverá fornecer detalhes sobre o valor de face da dívida vincenda indexada ao dólar norte-americano, nova colocação de dívida subjacente denominada em moeda nacional, novas contratações de *swaps* em moeda estrangeira e o total do estoque desses *swaps* (após cada leilão, com um dia de defasagem). Quando essas rolagens forem conduzidas sem a colocação de dívida denominada em moeda nacional, a informação requerida sobre as operações de *swaps* em moeda estrangeira deverá ser fornecida;

- As posições do ativo do BCB (posição comprada) e do passivo (posição vendida) de *swaps* em moeda estrangeira (semanalmente);
- Resultados quantitativos da monitoração das linhas de crédito externo de instituições financeiras (dois dias úteis após o prazo final dado a essas instituições), e a dívida externa de médio e longo-prazos de instituições brasileiras não-bancárias (semanalmente, referente à semana anterior).
- Indicadores comerciais e financeiros da Petrobras (trimestralmente): preços domésticos médios ex-refinaria (gasolina e óleo diesel); taxa média de retorno (lucro operacional/capital); rendimento por ação (ações ordinárias e preferenciais e *ADSs* em Reais); subsídios e transferências do Tesouro (se for o caso); injeções de capital e empréstimos do Tesouro (se for o caso); estoque da dívida garantida pelo governo; estoque de impostos em atrasos (se houver).
- Demonstrativo trimestral devidamente certificado do fluxo de caixa da Petrobras, incluindo dados sobre o resultado primário corrente e as despesas com investimento da empresa (em regime de caixa).

V. PRESSUPOSTOS DO CENÁRIO BÁSICO PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os quadros 2 e 3 abaixo definem os pressupostos do programa para algumas variáveis selecionadas.

**Quadro 2. Pressupostos Básicos para Variáveis Selecionadas
(milhões de Reais)**

	2002		
	jun.	set.	dez.
Receitas de privatização (acumuladas no ano) 1/	6.513	7.676	7.676
Reconhecimento de passivos anteriores e PROES (acumulados no ano)	22.377	25.956	27.683

1/ Excluem-se as receitas de concessões.

Quadro 3. Pressupostos para as Taxas de Câmbio Contábeis e Preços do Ouro 1/

	Pressupostos do Programa Terceiro Trimestre de 2001
DES (US\$/DES, fim de período)	1,251
Preço do Ouro (US\$/onça, fim de período)	266,0

1/ Outras moedas não mencionadas aqui, serão primeiramente convertidas usando-se a taxa oficial adotada pelo Departamento do Tesouro do Fundo em 31 de agosto de 2001.

BRASIL – MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

1. Este Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de desempenho (CDs) específicos, as metas indicativas (MIs), os indicadores de referência estruturais (IREs), e os pressupostos que serão aplicados no âmbito do Acordo *Stand-by* ao longo do ano de 2002.

I. PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSOS E REVISÕES DO ACORDO

2. A programação geral de desembolsos e revisões do acordo em 2002 consta do Quadro 1 abaixo:

Quadro 1. Brasil: Programação de Desembolsos e Revisões do Acordo

Valores Disponíveis (em milhões de DESs) e Fontes	Datas de Disponibilidade Inicial	Condições e Observações
358,625 das PCs 3.316,958 das SRFs	22 de março de 2002	Conclusão da segunda avaliação, e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de dezembro de 2001).
358,625 das PCs 3.316,958 das SRFs	14 de junho de 2002	Conclusão da terceira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de março de 2002).
379,513 das PCs	30 de agosto de 2002	Conclusão da quarta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de junho de 2002).
379,513 das PCs	29 de novembro de 2002	Cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (final de setembro de 2002).

II. METAS QUANTITATIVAS

A. Metas Fiscais

(i) Critério de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado 1/

	Piso 2/ (em bilhões de R\$)
Resultado primário de setor público consolidado – acumulado no exercício em:	
1 de janeiro de 2001–30 de setembro de 2001	41,2
1 de janeiro de 2001- 31 de dezembro de 2001 (preliminar)	43,7
1 de janeiro de 2002–31 de março de 2002 (critério de desempenho)	11,4
1 de janeiro de 2002–30 de junho de 2002 (critério de desempenho)	25,0
1 de janeiro de 2002–30 de setembro de 2002 (critério de desempenho)	34,1

1/ Conforme definido abaixo.

2/ Resultado primário mínimo acumulado do setor público consolidado.

3. O resultado primário acumulado do setor público consolidado é definido como sendo a soma dos resultados primários acumulados das diversas entidades que compõem o setor público. O setor público é definido como sendo o governo central, os governos estaduais e municipais, e as empresas públicas (federais, estaduais e municipais); o governo central compreende o governo federal, o sistema de previdência social e o Banco Central do Brasil (BCB).

4. Para qualquer mês, o resultado primário do setor público consolidado corresponde, em reais (R\$), ao total dos juros líquidos (isto é, os juros líquidos calculados pelo regime de competência sobre a dívida interna líquida consolidada do setor público, mais os juros líquidos devidos — competência contratual — sobre a dívida externa líquida do setor público) menos as necessidades de financiamento do setor público consolidado, correspondendo o setor público à definição acima. Para os títulos governamentais indexados à taxa de câmbio, a taxa de juros é a variação percentual acumulada da taxa de câmbio do dólar norte-americano frente ao Real, mais a taxa de juros fixa (taxa de cupom). Essa taxa de juros fixa (cupom) se aplica ao valor nominal do título, reajustado pela variação do dólar em relação ao real desde a data de emissão até a data em questão. Para qualquer mês, as necessidades de financiamento do setor público consolidado são definidas como sendo a variação da dívida externa líquida, convertida em reais à taxa de câmbio R\$/US\$ média observada no período¹. O estoque da dívida interna indexada ao dólar norte-americano é reavaliado ao final de um dado mês, em função da variação do real frente ao dólar durante o mês. Ao resultado desse cálculo somam-se as receitas de privatização do período e subtraem-se os valores correspondentes ao reconhecimento, no período, de passivos não-registrados. O resultado primário

¹ A dívida em moeda estrangeira denominada em moeda que não seja dólar norte-americano será convertida primeiramente para dólares norte-americanos às taxas de câmbio médias efetivas para o período.

acumulado a partir de 1º de janeiro de um determinado ano até a data relevante do mesmo ano é a soma dos resultados primários mensais do setor público consolidado nesse período.

(ii) Meta indicativa para a dívida líquida do setor público consolidado 1/

	Teto 2/ (em bilhões de R\$)
<hr/>	
Total da dívida líquida do setor público consolidado	
Final de setembro de 2001	671,9
Final de dezembro de 2001 (preliminar)	660,9
Final de março de 2002 (meta indicativa)	700,0
Final de junho de 2002 (meta indicativa)	720,0
Final de setembro de 2002 (meta indicativa)	730,0

1/ O setor público está definido acima. A dívida líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo do total da dívida líquida do setor público consolidado.

5. A dívida líquida total do setor público consolidado (dívida líquida total) é igual à dívida bruta do setor público (incluindo a base monetária), menos os ativos financeiros do setor público. É definida como sendo a soma da dívida interna líquida registrada e da dívida externa líquida registrada (expressa em reais) do governo central, dos governos estaduais e dos governos municipais, e das empresas públicas (federais, estaduais e municipais), definindo-se o governo central como anteriormente.

6. A dívida líquida total do setor público consolidado é medida pelo conceito de competência (incluindo juros vencidos e não pagos) para o componente interno da dívida e pelo conceito de juros devidos (competência contratual) para o componente externo da dívida. O estoque da dívida externa e da dívida interna indexada ao câmbio é contabilizado pela taxa de câmbio R\$/US\$ praticada ao fim de cada período.

7. O governo central continuará a incluir em sua dívida registrada vários passivos não-registrados que se encontram atualmente pendentes. Os tetos apresentados acima para o total da dívida líquida do setor público consolidado baseiam-se na trajetória estimada das receitas de privatização (aqui definidas como excluindo as receitas de concessões) e no reconhecimento dos passivos não-registrados que constam do Quadro 2 abaixo. Esses tetos serão ajustados para baixo (ou para cima) conforme as receitas de privatização excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo; eles serão ajustados para cima (ou para baixo) conforme o reconhecimento dos passivos não-registrados excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2 abaixo.

B. Metas do Setor Externo

(i) Critério de desempenho para a dívida externa do setor público não-financeiro 1/

Teto
(em bilhões de US\$)

Estoque da dívida externa total do setor público não-financeiro em:

Final de setembro de 2001	88,9
Final de dezembro de 2001 (preliminar)	85,3
Final de março 2002 (critério de desempenho)	96,4
Final de junho 2002 (critério de desempenho)	96,5
Final de setembro 2002 (critério de desempenho)	97,6

1/ Os dados desse quadro se aplicam ao total da dívida externa desembolsada e pendente do setor público não-financeiro. O setor público não-financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas, e o sistema de previdência social. As eventuais responsabilidades para com o FMI não se incluem no estoque da dívida.

8. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida² desembolsada e pendente de pagamento é definido como sendo o estoque da dívida desembolsada e pendente de pagamento no fim do trimestre anterior, mais os desembolsos brutos efetuados durante o trimestre em questão, menos os pagamentos brutos de amortização efetuados durante o trimestre em questão.

9. Os limites acima mencionados serão ajustados para cima, em função de qualquer novo endividamento externo contraído com o objetivo de efetuar recompra voluntária antecipada de parcela junto ao FMI.

(ii) Critério de desempenho para a dívida externa do setor privado com garantia pública 1/

Teto 2/
(em bilhões de US\$)

Estoque da dívida externa pendente com garantia pública em:

Final de setembro de 2001	0,5
Final de dezembro de 2001 (preliminar)	0,9
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6

1/ O limite se aplica a toda a dívida externa privada garantida pelo setor público. O setor público compreende o setor público não-financeiro (conforme definido acima), o BCB e o setor público financeiro.

2/ Esses tetos serão ajustados para cima pelo montante da dívida externa com garantia pública que for efetivamente transferido para o setor privado, ou assumido pelo setor privado, no contexto da privatização de empresas públicas.

10. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa garantida pelo setor público é definido como sendo o estoque da dívida externa garantida pelo setor público pendente no

² O termo "dívida" é definido de conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274 – (00/85), de 24 de agosto de 2000)

fim do trimestre anterior, mais o acréscimo líquido de dívida externa garantida pelo setor público durante o trimestre em questão.

(iii) Critério de desempenho para a dívida externa de curto prazo do setor público não-financeiro 1/

Teto
(em bilhões de US\$)

Estoque do total da dívida externa de curto-prazo do setor público não-financeiro em:

Final de setembro de 2001	0,5
Final de dezembro de 2001 (preliminar)	0,4
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5

1/ Os valores desse quadro se aplicam a toda a dívida externa (desembolsada e pendente) do setor público não-financeiro com vencimento original estritamente inferior a um ano. O setor público não-financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas, e o sistema de previdência social. Excluem-se quaisquer passivos contraídos com o FMI.

11. A dívida de curto-prazo³ é definida como sendo toda a dívida com vencimento original estritamente inferior a um ano. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente) é definida como sendo o estoque da dívida externa de curto-prazo (desembolsada e pendente) ao final do trimestre anterior, mais os fluxos líquidos relativos aos desembolsos e amortizações da dívida de curto-prazo efetuados durante o trimestre em questão.

12. Os limites apresentados acima serão ajustados para cima, em função de qualquer novo endividamento externo contraído visando à realização de recompra antecipada voluntária junto ao FMI.

³ O termo "dívida" é definido em conformidade com o ponto n° 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão n° 12274 – (00/85), de 24 de agosto de 2000)

(iv) Critério de desempenho para as reservas internacionais líquidas (RILs) no BCB 1/

	Piso (em bilhões de US\$)
Estoque das reservas internacionais líquidas no BCB em 31 de julho de 2001 2/	32,1
Final de setembro de 2001	31,7
Final de outubro de 2001	29,1
Final de novembro de 2001	29,0
Final de dezembro de 2001	27,8
Final de janeiro de 2002	28,3
Final de fevereiro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de março de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de abril de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de maio de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de junho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de julho de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de agosto de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de setembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de outubro de 2002 (critério de desempenho)	20,0
Final de novembro de 2002 (critério de desempenho)	20,0

1/ As RILs são medidas conforme definição abaixo.

2/ Calculados pelos valores constantes das taxas de câmbio cruzadas e dos preços do ouro especificados no documento EBS/01/36.

13. As RILs no BCB correspondem ao conceito de reservas internacionais líquidas ajustadas do BCB, usado no balanço de pagamentos, e compreendem as reservas oficiais brutas, menos o passivo oficial bruto.

14. As reservas oficiais brutas são definidas como sendo direitos líquidos denominados em moeda estrangeira no BCB. As reservas oficiais brutas compreendem: i) direitos monetários; ii) ouro não-comprometido; iii) haveres em DES; iv) posição de reservas junto ao FMI; e v) haveres em instrumentos de renda fixa. Os itens de i) a iv) serão contabilizados a preços de final de período indicados no Quadro 3 abaixo. O item (v) será contabilizado a preços de mercado. As reservas oficiais brutas não incluirão as quotas de participação em instituições financeiras internacionais, os haveres em moedas não-conversíveis e os haveres em outros metais preciosos, à exceção do ouro.

15. O passivo externo bruto do setor público compreende: i) passivo em moeda estrangeira com vencimentos originais de um ano ou menos; ii) o uso dos recursos do Fundo; e iii) o eventual passivo cambial líquido a termo — definido como a diferença entre a posição vendida e a posição comprada — contraído diretamente pelo BCB ou por qualquer outra instituição financeira atuando em nome do BCB. Os itens de i) a iii) serão contabilizados pelos preços indicados no Quadro 3 abaixo. Os aumentos dos direitos denominados em moeda estrangeira (à vista ou a termo) contra residentes ou contra filiais ou subsidiárias estrangeiras de instituições brasileiras não serão incluídos no cômputo das RILs junto ao BCB.

(v) Critério de desempenho para a exposição do BCB e do Tesouro nos mercados de futuros.

16. O BCB e o Tesouro continuarão a se abster de negociar contratos de futuros (moeda estrangeira ou outros), quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como agente financeiro. Esse é um critério de desempenho nos termos do acordo *Stand-by*. Essa limitação não se aplica aos contratos de futuros emitidos pelo BCB ou pelo Tesouro, tanto diretamente como através de qualquer instituição desempenhando o papel de agente financeiro, referentes às transações destinadas à rolagem dos instrumentos de dívida indexados à taxa de câmbio existentes e conforme descritos na correspondência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, datada de 4 de março de 2002.

(vi) Critérios de desempenho para a exposição do BCB e do Tesouro nos mercados a termo.

17. O BCB e o Tesouro continuarão a se abster de negociar contratos a termo (em moeda estrangeira ou outros), quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como agente financeiro. Esse é um critério de desempenho nos termos do acordo *Stand-by*. Essa limitação não se aplica aos contratos a termo emitidos pelo BCB ou pelo Tesouro, tanto diretamente como através de qualquer instituição desempenhando o papel de agente financeiro, referentes às transações destinadas à rolagem dos instrumentos de dívida indexados à taxa de câmbio existentes, conforme descritos na correspondência do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central, datada de 4 de março de 2002.

C. Metas Monetárias

(i) Mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses

18. As bandas trimestrais de consulta para a taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) são as seguintes:

Bandas de consulta para a variação da taxa de 12 meses do IPCA (em percentagem)

	setembro 2001 (efetiva)	dezembro 2001 (efetiva)	março 2002	junho 2002	setembro 2002
Banda larga (limite superior)			7,8	7,3	6,2
Banda estreita (limite superior)			6,8	6,3	5,2
<i>Projeção Central</i>	6,5	7,7	5,8	5,3	4,2
Banda estreita (limite inferior)			4,8	4,3	3,2
Banda larga (limite inferior)			3,8	3,3	2,2

19. As perspectivas de inflação constituirão tópico relevante de cada avaliação do acordo. Além disso, caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda estreita indicada no quadro acima, o BCB deverá discutir com o corpo técnico do FMI sobre a adoção de medidas de política apropriadas. Caso a variação de 12 meses do

IPCA exceda o limite superior da banda larga indicada acima, as autoridades brasileiras deverão consultar o Conselho de Administração do FMI (doravante denominado “o Conselho”) a respeito das propostas de política a serem adotadas.

III. INDICADORES DE REFERÊNCIA ESTRUTURAS E ESTATÍSTICOS

Até o final de março 2002

- Progressos adicionais em relação aos leilões dos quatro bancos estaduais federalizados restantes.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento sistemático dos limites operacionais, incluindo a medição do índice de capital da Basileia, patrimônio líquido mínimo, riscos em moeda estrangeira, e do provisionamento sobre o portfólio de crédito dos bancos, com os dados fornecidos pelos bancos ao Departamento de Supervisão Bancária do Banco Central encarregado da supervisão à distância.
- O BCB deverá iniciar a divulgação, em bases mais freqüente, dos relatórios consolidados da análise do cumprimento por parte do sistema bancário, do limite de ativo fixo e do quociente de capital da Basileia

Até o final de junho de 2002

- Progressos adicionais em relação aos leilões dos quatro bancos estaduais federalizados restantes.
- Apresentação ao Congresso de proposta de legislação que permita a criação de fundos de pensão complementar para servidores públicos civis federais, após a promulgação da lei básica pertinente.

Até o final de setembro de 2002

- Conclusão da revisão das diferenças das práticas internacionalmente aceitas e aquelas adotadas no Brasil para o uso de auditores bancários externos independentes, a fim de se avaliar a propriedade de se implementar tais práticas internacionais.
- Desenvolvimento de um conjunto de indicadores modernos, a partir dos dados atualmente reportados ao Departamento de Supervisão Bancária do BCB encarregado da supervisão à distância, para aferir a solidez econômica e financeira dos bancos e das instituições financeiras não-bancárias; e de um cadastro dos maiores tomadores de recursos do sistema financeiro.
- Conclusão da atualização da regulamentação existente relativa ao licenciamento de empresas e indivíduos para operar ou atuar como funcionários de instituições financeiras, incluindo a adoção de abordagem de estágios múltiplos para o processo de licenciamento; introdução de exigência para que as empresas apresentem planos operacionais detalhados antes do licenciamento, incluindo informação sobre a estrutura e organização da empresa, controles internos e gestão da empresa; e exigência de que o processo de licenciamento inclua as considerações sobre o impacto

causado pela nova instituição financeira, ou pela concentração de mercado ou concorrência.

- Desenvolvimento de sistema de monitoramento com a finalidade de verificar a qualidade dos dados apresentados ao Departamento de Supervisão Bancária do BCB encarregado da supervisão à distância, em termos de consistência dos dados, e a exatidão das alterações significativas reportadas sobre fatos contábeis-chaves, tais como: níveis e composição do crédito; riscos de crédito de portfólio; e riscos de diversificação.

IV. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

20. Os dados específicos que deverão continuar a ser fornecidos pelas autoridades brasileiras ao corpo técnico do Fundo, incluem os seguintes (conforme cobertura e periodicidade descritas abaixo):

- Composição das reservas internacionais brutas, pelo conceito de caixa e pelo conceito de liquidez internacional (semanalmente, na semana subsequente);
- Nível das reservas internacionais brutas e das reservas internacionais líquidas conforme definido sob o conceito de reservas internacionais líquidas (diariamente, no dia útil subsequente);
- Posição do BCB em futuros cambiais, incluindo os valores estimados dos contratos de juros em aberto, ambos, comprados e vendidos em cada contrato, para os quatro meses subsequentes (diariamente, no dia útil subsequente caso a posição for maior que zero);
- Saldo dos estoques da dívida federal indexada ao dólar norte-americano, por instrumento, demonstrando os valores de leilão (preço de lastro) e os valores nominais atualizados, assim como informações sobre a rolagem desses instrumentos, demonstrando o valor de face das importâncias vincendas, e novas colocações dessa dívida (depois de cada leilão, com um dia de tolerância);
- Resultados quantitativos do monitoramento das linhas de crédito externo de instituições financeiras (dois dias úteis depois do prazo a ser cumprido por essas instituições) e das cobranças bancárias externas de médio e longo-prazos de devedores brasileiros não-bancários (semanalmente, referente à semana anterior).

V. PRESSUPOSTOS DO PROGRAMA PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os quadros 2 e 3 abaixo definem as hipóteses do programa para algumas variáveis selecionadas.

Quadro 2. Pressupostos Básicos para Variáveis Selecionadas (milhões de Reais)

	2002			
	mar.	jun.	set.	dez.
Receitas de privatização (acumuladas no ano) 1/	198	4.800	5.963	5.963
Reconhecimento de passivos anteriores e PROES (acumulados no ano)	3.907	9.910	13.489	16.719

1/ Excluem-se as receitas de concessões.

Quadro 3. Pressupostos para as Taxas de Câmbio Contábeis e Preços do Ouro 1/

	Pressupostos do Programa Terceiro Trimestre de 2001
DES (US\$/DES, fim de período)	1,251
Preço do Ouro (US\$/onça, fim de período)	266,0

1/ Outras moedas não mencionadas aqui, serão primeiramente convertidas usando-se a taxa oficial adotada pelo Departamento do Tesouro do Fundo em 31 de agosto de 2001.

BRASIL — MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

1. Este Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de desempenho (CDs), as metas indicativas (MIs), os parâmetros estruturais (PEs) e os pressupostos que serão aplicados no âmbito do Acordo *Stand-By* para o restante de 2002 e para ano de 2003.

I. PROGRAMAÇÃO DOS DESEMBOLSOS E REVISÕES DO ACORDO

2. A programação geral dos desembolsos e revisões do acordo para o restante de 2002 e para o ano de 2003 constam do Quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Brasil: Programação dos Desembolsos e Revisões do Acordo

Valores disponíveis e fontes (Em milhões de DES)	Datas iniciais de disponibilidade	Condições e observações
1 141,056 das PCs 1/ 1 141,056 do SRF 2/	6 de setembro de 2002	Aprovação do acordo <i>stand-by</i> .
1 141,056 das PCs 1 141,056 do SRF	6 de dezembro de 2002	Conclusão da primeira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de setembro de 2002).
1 520,913 das PCs 1 520,913 do SRF	7 de março de 2003	Conclusão da segunda avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de dezembro de 2002).
4 265,514 das PCs 2 285,258 do SRF	6 de junho de 2003	Conclusão da terceira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de março de 2003).
1 521,408 das PCs 1 521,408 do SRF	8 de agosto de 2003	Conclusão da quarta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de junho de 2003).
5 621,482 das PCs	7 de novembro de 2003	Conclusão da quinta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de setembro de 2003).

1/ PCs: Parcelas de crédito no FMI.

2/ SRF: Programa de Financiamento de Reserva Suplementar.

II. METAS QUANTITATIVAS

A. Metas Fiscais

i) Critério de desempenho para o resultado primário do setor público consolidado 1/

	Piso 2/ (em bilhões de R\$)
Resultado primário do setor público consolidado, acumulado no exercício	
1º de janeiro de 2002–30 de junho de 2002 (dados efetivos) 1/	28,9
1º de janeiro de 2002–30 de setembro de 2002 (critérios de desempenho)	41,0
1º de janeiro de 2002–31 de dezembro de 2002 (critérios de desempenho)	50,3
1º de janeiro de 2003–31 de março de 2003 (critérios de desempenho) 3/	13,8
1º de janeiro de 2003–30 de junho de 2003 (critério de desempenho) 3/	31,4
1º de janeiro de 2003–30 de setembro de 2003 (meta indicativa) 3/ 4/	41,9

1/ Conforme definido abaixo. Considerando que a dinâmica da dívida é sensível às variações do cenário macroeconômico, sobretudo às variações da taxa de câmbio real, da taxa de juros real e do crescimento real do PIB, a meta para o resultado primário será reconsiderada a cada avaliação. Haver entendimentos sobre o nível adequado do resultado primário para 2003 é uma condição para a conclusão de cada uma das quatro primeiras avaliações previstas no acordo.

2/ Superávit primário acumulado mínimo do setor público consolidado.

3/ Em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2003, o piso será ajustado para baixo por um montante igual ao investimento da Petrobras que exceder o nível programado de investimento conforme especificado no Quadro 2.

4/ Critério de desempenho a ser definido quando da segunda avaliação do acordo.

3. O resultado primário acumulado do setor público consolidado é definido como a soma dos resultados primários acumulados das diversas entidades que compõem o setor público. O setor público é definido como o governo central, os governos estaduais e municipais e as empresas públicas (federais, estaduais e municipais); o governo central compreende o governo federal, o sistema de previdência social e o Banco Central do Brasil (BCB).

4. Para qualquer mês, o resultado primário do setor público consolidado corresponde, em reais (R\$), ao total dos juros líquidos (isto é, os juros líquidos pagos sobre a dívida interna líquida consolidada do setor público mais os juros líquidos devidos - competência contratual) sobre a dívida externa líquida do setor público - menos as necessidades de financiamento do setor público consolidado, correspondendo o setor público à definição acima. Para os títulos governamentais indexados à taxa de câmbio, a taxa de juros é a variação percentual acumulada da taxa de câmbio do dólar americano frente ao real mais a taxa de juros fixa (taxa de cupom). Essa taxa de juros fixa (cupom) se aplica ao valor nominal do título, reajustado pela variação do dólar em relação ao real desde a data de emissão até a data em questão. Para qualquer mês, as necessidades de financiamento do setor

público consolidado — medidas em base harmonizada — são definidas como a variação da dívida interna nominal líquida mais a variação da dívida externa líquida, convertida em reais à taxa de câmbio R\$/US\$ média observada no período,¹ menos o impacto das variações causadas pela taxa de câmbio no valor do estoque da dívida líquida acumulada e não paga durante o período de referência.² Ao resultado desse cálculo somam-se as receitas de privatização do período e subtraem-se os valores correspondentes ao reconhecimento, no período, de passivos não registrados. O resultado primário acumulado a partir de 1º de janeiro de um determinado ano até a data em questão do mesmo ano é a soma dos resultados primários mensais do setor público consolidado nesse período.

ii) Meta indicativa para a dívida líquida do setor público consolidado 1/

	Teto 2/ (em bilhões de R\$)
Dívida líquida total do setor público consolidado	
Fim de junho de 2002 (dados efetivos)	750
Fim de setembro de 2002 (meta indicativa)	810
Fim de dezembro de 2002 (meta indicativa)	830
Fim de março de 2003 (meta indicativa) 3/	835
Fim de junho de 2003 (meta indicativa) 3/	850
Fim de setembro de 2003 (meta indicativa) 3/	860

1/ O setor público é definido conforme consta acima; a dívida líquida inclui a base monetária.

2/ Estoque máximo da dívida líquida total do setor público consolidado.

3/ Para março de 2003, junho de 2003 e setembro de 2003, o teto indicativo será ajustado para cima por um montante igual ao investimento da Petrobras que exceder o nível programado de investimento conforme especificado no Quadro 2.

5. A dívida líquida total do setor público consolidado é igual à dívida bruta do setor público (incluindo a base monetária) menos os ativos financeiros do setor público; é definida como a soma da dívida interna líquida registrada mais a dívida externa líquida registrada (expressas em reais) do governo central, dos governos estaduais e municipais e das empresas públicas (federais, estaduais e municipais), definindo-se o governo central como anteriormente.

¹ A dívida expressa em moedas estrangeiras outras que não o dólar americano é primeiramente convertida em US\$ às taxas médias observadas no período.

² O estoque da dívida interna indexada ao dólar é reavaliado ao fim de um dado mês de forma a refletir qualquer variação no valor do real frente ao dólar que tenha ocorrido durante o mês.

6. A dívida líquida total do setor público consolidado é medida pelo conceito de competência (incluindo os juros acumulados) para o componente interno da dívida e pelo conceito de competência contratual (juros devidos) para o componente externo da dívida. O estoque da dívida externa e da dívida interna com indexação cambial é contabilizado à taxa de câmbio R\$/US\$ vigente no fim de cada período.

7. O governo central continuará a incluir em sua dívida registrada passivos não registrados que se encontram atualmente pendentes. Os tetos indicados acima para a dívida líquida total do setor público consolidado baseiam-se na trajetória projetada das receitas de privatização (aqui definidas como excluindo as receitas de concessões) e no reconhecimento dos passivos não registrados que constam do Quadro 2, abaixo. Esses tetos serão ajustados para menos (ou para mais) conforme as receitas de privatização excedam (ou não alcancem) os valores constantes do Quadro 2, abaixo; eles serão ajustados para mais (ou para menos) conforme o reconhecimento dos passivos não registrados exceda (ou não alcance) os valores constantes do Quadro 2, mais adiante.

B. Metas do Setor Externo

i) Critério de desempenho para a dívida externa do setor público não financeiro 1/

	Teto (em bilhões de US\$)
Estoque da dívida externa total do setor público não financeiro em:	
Fim de junho de 2002 (dados efetivos)	90,5
Fim de setembro de 2002 (critério de desempenho)	97,6
Fim de dezembro de 2002 (critério de desempenho)	96,5
Fim de março de 2003 (critério de desempenho)	95,6
Fim de junho de 2003 (critério de desempenho)	95,2
Fim de setembro de 2003 (meta indicativa) 2/	94,9

1/ Os dados deste quadro se aplicam ao total da dívida externa desembolsada e pendente do setor público não financeiro. O setor público não financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de previdência social. As eventuais responsabilidades para com o FMI não se incluem no estoque da dívida.

2/ Critério de desempenho a ser definido quando da segunda avaliação do acordo.

8. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida³ desembolsada e pendente é definido como o estoque da dívida desembolsada e pendente no fim do trimestre anterior mais os desembolsos brutos efetuados durante o trimestre em questão menos os pagamentos brutos de amortização efetuados durante o trimestre em questão.

9. Os limites acima mencionados serão ajustados para mais em função de qualquer novo endividamento externo contraído visando a realização de reembolso antecipado voluntário junto ao FMI.

ii) Critério de desempenho para a dívida externa do setor privado com garantia pública 1/

	Teto 2/ (em bilhões de US\$)
Estoque da dívida externa pendente com garantia pública em:	
Fim de junho de 2002 (dados efetivos)	0,4
Fim de setembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Fim de dezembro de 2002 (critério de desempenho)	1,6
Fim de março de 2003 (critério de desempenho)	1,6
Fim de junho de 2003 (critério de desempenho)	1,6
Fim de setembro de 2003 (meta indicativa) 3/	1,6

1/ O limite se aplica a toda a dívida externa privada garantida pelo setor público. O setor público compreende o setor público não financeiro (conforme definido acima), o BCB e o setor público financeiro.

2/ Estes tetos serão ajustados para mais pelo montante da dívida externa com garantia pública que for efetivamente transferido para o setor privado, ou assumido pelo setor privado, no contexto da privatização de empresas públicas.

3/ Critério de desempenho quando da segunda avaliação do acordo.

10. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa garantida pelo setor público é definido como o estoque da dívida externa garantida pelo setor público pendente no fim do trimestre anterior mais o acréscimo líquido da dívida externa garantida pelo setor público durante o trimestre em questão.

³ O termo "dívida" é definido de conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274 - (00/85), de 24 de agosto de 2000).

iii) Critério de desempenho para a dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro 1/

	Teto (em bilhões de US\$)
Estoque do total da dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro em:	
Fim de junho de 2002 (dados efetivos)	0,1
Fim de setembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Fim de dezembro de 2002 (critério de desempenho)	3,5
Fim de março de 2003 (critério de desempenho)	3,5
Fim de junho de 2003 (critério de desempenho)	3,5
Fim de setembro de 2003 (meta indicativa) 2/	3,5

1/ As cifras deste quadro se aplicam a toda a dívida externa (desembolsada e pendente) do setor público não financeiro com vencimento original estritamente inferior a um ano. O setor público não financeiro compreende os governos federal, estaduais e municipais, as empresas públicas e o sistema de previdência social. Excluem-se quaisquer passivos devidos ao FMI.

2/ Critério de desempenho a ser definido quando da segunda avaliação do acordo.

11. A dívida de curto prazo⁴ é definida como toda a dívida com vencimento original estritamente inferior a um ano. Para qualquer trimestre, o estoque da dívida externa de curto prazo (desembolsada e pendente), é definido como o estoque da dívida externa de curto prazo (desembolsada e pendente) ao fim do trimestre anterior mais os fluxos líquidos relativos aos desembolsos e amortizações da dívida de curto prazo efetuados durante o trimestre em questão.

12. Os limites apresentados acima serão ajustados para mais em função de qualquer novo endividamento externo contraído visando à realização de reembolso antecipado voluntário junto ao FMI.

⁴ O termo "dívida" é definido de conformidade com o ponto nº 9 das Normas para Critérios de Desempenho Referentes à Dívida Externa (Decisão nº 12274 - (00/85), de 24 de agosto de 2000).

iv) Critério de desempenho para as reservas internacionais líquidas (RILs) no BCB 1/

	Piso (em bilhões de US\$)
Estoque das reservas internacionais líquidas no BCB em 31 de julho de 2002 2/	23,5
Fim de setembro de 2002 (critério de desempenho)	5,0
Fim de outubro de 2002 (critério de desempenho)	5,0
Fim de novembro de 2002 (critério de desempenho)	5,0
Fim de dezembro de 2002 (critério de desempenho)	5,0
Fim de janeiro de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de fevereiro de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de março de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de abril de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de maio de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de junho de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de julho de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de agosto de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de setembro de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de outubro de 2003 (critério de desempenho)	5,0
Fim de novembro de 2003 (critério de desempenho)	5,0

1/ As RILs são medidas conforme definição abaixo.

2/ Calculado pelos valores constantes das taxas de câmbio cruzadas e dos preços do ouro especificados no documento EBS/01/36.

13. As RILs no BCB correspondem ao conceito de reservas internacionais líquidas ajustadas do BCB usado no balanço de pagamentos e compreendem as reservas oficiais brutas menos o passivo oficial bruto. O aumento dos créditos expressos em moeda estrangeira (à vista ou a termo) pelo BCB contra residentes ou contra filiais ou subsidiárias estrangeiras de instituições brasileiras, relativamente aos níveis existentes em 14 de setembro de 2001, não será somado às RILs no BCB.

14. As reservas oficiais brutas são definidas como as disponibilidades líquidas em moeda estrangeira junto ao BCB. As reservas oficiais brutas compreendem: i) disponibilidades monetárias; ii) ouro não comprometido; iii) haveres em DES; iv) posição de reserva no FMI e v) haveres em instrumentos de renda fixa. Os itens de i) a iv) serão contabilizados pelos preços de fim de período indicados no Quadro 3 abaixo. O item v) será contabilizado a preços de mercado. As reservas oficiais brutas não incluirão as quotas de participação em instituições financeiras internacionais, os haveres em moedas não conversíveis nem os haveres representados por outros metais preciosos que não o ouro.

15. O passivo externo bruto do setor público compreende: i) as responsabilidades em moeda estrangeira com vencimento original de um ano ou

menos; ii) a utilização de recursos do FMI e iii) a eventual posição cambial líquida devedora — definida como a diferença entre a posição vendida e a posição comprada — contraída diretamente pelo BCB ou por qualquer outra instituição financeira atuando em nome do BCB. Os itens de i) a iii) serão contabilizados pelos preços indicados no Quadro 3 abaixo.

v) Critério de desempenho para a exposição do BCB e do Tesouro nos mercados de derivativos.

16. O BCB e o Tesouro Nacional continuarão a se abster de negociar contratos de futuros, a termo e outros derivativos (envolvendo reais frente a moedas estrangeiras) que aumentem a exposição cambial sem afetar o nível das reservas internacionais líquidas, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como seu agente financeiro. Este é um critério de desempenho contínuo nos termos do acordo *stand-by*. Esta limitação não se aplica aos contratos de futuros, a termo ou outros *swaps* cambiais e outros derivativos (sujeitos a consulta prévia ao corpo técnico do FMI) emitidos pelo BCB ou pelo Tesouro Nacional, quer diretamente, quer por intermédio de qualquer instituição atuando como seu agente financeiro, referentes às transações destinadas à rolagem dos instrumentos de dívida existentes indexados à taxa de câmbio e *swaps* cambiais desde o fim de março de 2002.

C. Metas Monetárias

i) Mecanismo de consulta sobre a taxa de inflação de 12 meses

As bandas trimestrais de consulta para a taxa de inflação de 12 meses dos preços ao consumidor (medida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA) são as seguintes:

Bandas de consulta para a taxa de variação do IPCA em 12 meses (em percentagem)

	Setembro Setembro	Dezembro	Março	Junho	
	2002	2002	2003	2003	2003
Banda larga (limite superior)	10,5	9,0	8,5	8,0	7,5
Banda estreita (limite superior)	9,0	7,5	7,0	6,5	6,0
<i>Projeção central</i>	8,0	6,5	6,0	5,5	5,0
Banda estreita (limite inferior)	7,0	5,5	5,0	4,5	4,0
Banda larga (limite inferior)	5,5	4,0	3,5	3,0	2,5

17. As perspectivas da inflação constituirão um tópico relevante de cada avaliação do acordo. Além disso, caso a variação de 12 meses do IPCA exceda o limite superior da banda estreita indicada no quadro acima, o BCB discutirá com o corpo técnico do FMI as medidas de política apropriadas a serem adotadas. Se a variação de 12 meses do IPCA exceder o limite superior da banda larga indicada acima, as autoridades brasileiras consultarão a Diretoria Executiva do FMI a respeito das medidas corretivas propostas, antes de solicitar novos desembolsos no âmbito do acordo.

III. PARÂMETROS ESTRUTURAIS E ESTATÍSTICOS

A. Critérios de Desempenho Estrutural

Até o fim de dezembro de 2002

- Edição de medida legislativa que transforme a contribuição social para o Programa de Integração Social (PIS) em um imposto sobre o valor agregado (IVA), como primeiro passo rumo à conversão da COFINS em um IVA, após um período de aproximadamente 12 meses de observação do funcionamento do novo sistema.

B. Parâmetros Estruturais

Até o fim de setembro de 2002

- Desenvolvimento de um conjunto simplificado de indicadores, a partir dos dados contábeis atualmente informados ao Departamento de Supervisão Indireta do BCB, para aferir a solidez econômica e financeira dos bancos.

- Implementação de uma avaliação sistemática do nível de risco de crédito dos maiores tomadores de recursos do sistema financeiro.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento para informar alterações significativas em dados contábeis relevantes , tais como: nível e composição de crédito, riscos de carteira de crédito e diversificação de riscos.
- Conclusão da auditoria interna do Banco Central em suas operações e seus sistemas de gestão de reservas internacionais.

Até o fim de dezembro de 2002

- Apresentação de legislação ao Congresso Nacional dispendo sobre a criação de fundos de pensão complementar para os servidores públicos federais após a aprovação da legislação pertinente.
- Progressos adicionais com relação aos leilões dos quatro bancos estaduais federalizados restantes.
- Conclusão da revisão das diferenças entre as práticas internacionalmente aceitas e aquelas adotadas no Brasil para o uso de auditores externos independentes , a fim de avaliar a conveniência de implementar tais práticas internacionais.
- Conclusão da atualização da regulamentação existente relativa a autorização para funcionamento de instituições financeiras, incluindo a adoção de uma abordagem de estágios múltiplos para o processo de autorização ; a introdução de exigência para que as empresas apresentem planos operacionais detalhados antes da concessão de autorização, incluindo informações sobre a estrutura e organização da empresa, controles internos e governança corporativa e a exigência de que o processo de autorização inclua considerações sobre o impacto da instituição financeira a ser criada sobre a concentração de mercado e a concorrência.
- Desenvolvimento de um conjunto simplificado de indicadores, a partir dos dados contábeis atualmente informados ao Departamento de Supervisão Indireta do BCB, para aferir a solidez econômica e financeira das instituições financeiras não bancárias.
- Desenvolvimento de um sistema de monitoramento com a finalidade de verificar a qualidade dos dados contábeis apresentados ao Departamento de Gestão de Informações do Sistema Financeiro do BCB em termos de consistência e exatidão dos dados.

Até o fim de março de 2003⁵

- Apresentação ao Congresso de legislação para reduzir o grau de vinculação das receitas federais (líquidas de transferências para estados e municípios).
- Apresentação ao Congresso de legislação para suprir a parte da perda de receita, não compensada por outras medidas, resultante da redução esperada da CPMF, prevista para 2004.

IV. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS

18. As autoridades continuarão a fornecer ao corpo técnico do FMI os dados específicos relacionados a seguir, entre outros:

- Composição das reservas internacionais brutas, pelo conceito de caixa e pelo conceito de liquidez internacional;
- Nível das reservas internacionais brutas e das reservas internacionais líquidas conforme definido pelo conceito de reservas internacionais líquidas;
- Posição do BCB de futuros cambiais envolvendo reais, incluindo os valores nominais dos contratos de juros em aberto, tanto comprados como vendidos, em cada contrato, para os quatro meses subseqüentes (diariamente, no dia útil subseqüente, caso a posição seja maior que zero);
- Saldo dos estoques da dívida federal indexada ao dólar americano, por instrumento, especificando os valores de leilão (preço de lastro) e os valores nominais atualizados, assim como informações sobre a rolagem desses instrumentos, indicando o valor de face dos montantes vincendos e as novas colocações dessa dívida. O BCB deverá fornecer detalhes sobre o valor de face da dívida vincenda indexada ao dólar americano, nova colocação de dívida subjacente expressa em moeda nacional, novas contratações de *swaps* em moeda estrangeira e o total do estoque desses *swaps*;
- As posições do ativo do BCB (posição comprada) e do passivo (posição vendida) de *swaps* em moeda estrangeira;

⁵ Parâmetros estruturais para o restante de 2003 a serem acordados mutuamente à época da segunda e terceira avaliações do acordo.

- Dados a serem fornecidos pelo BCB sobre as linhas de crédito externo de instituições financeiras e a dívida externa de médio e longo prazos de instituições brasileiras não bancárias.
- Indicadores comerciais e financeiros da Petrobras (trimestralmente): preços internos médios ex-refinaria (gasolina e óleo diesel); taxa média de retorno (lucro operacional/capital); rendimento por ação (ações ordinárias e preferenciais e ADRs em reais); subsídios e transferências do Tesouro (se for o caso); injeções de capital e empréstimos do Tesouro (se for o caso); estoque da dívida garantida pelo governo; estoque de impostos em atrasos (se houver).
- Demonstrativo trimestral devidamente certificado do fluxo de caixa da Petrobras, incluindo dados sobre o resultado primário corrente e as despesas com investimento da empresa (em regime de caixa).

V. PRESSUPOSTOS DO PROGRAMA PARA VARIÁVEIS SELECIONADAS

Os quadros 2 e 3 abaixo definem os pressupostos do programa para algumas variáveis selecionadas.

Quadro 2. Brasil: Pressupostos Básicos para Variáveis Selecionadas (em milhões de R\$)

	2002		2003		
	Set	Dez	Mar	Jun	Set
Receitas de privatização (acumuladas no ano) 1/	4 076	6 076	0	79	882
Reconhecimento de passivos anteriores e PROES (acumulados no ano)	16 668	22 146	2 965	5 544	8 847
			2 647	5 398	7 926
Investimentos programados da Petrobras					

1/ Excluem-se as receitas de concessões.

Quadro 3. Brasil: Pressupostos para as Taxas de Câmbio Contábeis e Preços do Ouro 1/

	Pressupostos do programa Terceiro trimestre de 2002
DES (US\$/DES, fim de período)	1,315
Preço do ouro (US\$/onça, fim de período)	308

1/ Outras moedas não mencionadas neste quadro serão primeiramente convertidas usando-se a taxa oficial adotada pelo Departamento do Tesouro do Fundo em ... de agosto de 2002.

Brasília, 21 Novembro de 2003

Caro Sr. Köhler:

1. Ao nos aproximarmos do fim do primeiro ano de governo, está claro que muitos progressos foram feitos. A agenda de reformas do governo tem progredido com rapidez no Congresso: as reformas Tributária e da Previdência, assim como a Lei de Recuperação das Empresas (Lei de Falências), foram aprovadas na Câmara de Deputados e estão no momento em tramitação no Senado. Além disso, os programas de assistência social foram aperfeiçoados para aumentar o apoio às famílias mais carentes, com a introdução dos programas Fome Zero e Bolsa Família. A política macroeconômica continua firme, como evidenciado pelo cumprimento da meta de superávit primário e pela rápida convergência da inflação e das expectativas inflacionárias para as metas oficiais. Com respeito ao programa com o Fundo, todos os critérios de desempenho e parâmetros estruturais referentes à quinta revisão do programa foram observados, e, portanto, propomos a sua conclusão.

2. Os benefícios da sólida política do governo têm se manifestado de diversas maneiras. Após a desaceleração da economia no primeiro semestre do ano, já há sinais de recuperação do crescimento. O emprego tem aumentado — ainda que a taxas abaixo do desejado. Ademais, o balanço de pagamentos tem se fortalecido: o resultado em conta corrente provavelmente será ligeiramente superavitário e a qualidade dos fluxos de capital tem melhorado continuamente ao longo do ano. O impacto das políticas do governo tem se refletido também no comportamento das variáveis financeiras de mercado, com o fortalecimento do Real e os prêmios dos títulos se reduzindo para o menor nível em cinco anos. Além disso, o custo do serviço da dívida pública tem diminuído, os prazos de emissão aumentado, e a composição melhorado.

3. Apesar do que já foi alcançado, uma importante agenda de reformas continua à nossa frente. Em particular, para consolidar as realizações do governo e melhorar o bem estar da população mais pobre, é fundamental que o Brasil convirja para uma trajetória de crescimento sustentável e equitativo. Nesse contexto, o governo acredita ser do interesse do País que a relação de trabalho com o Fundo seja mantida de maneira estreita e cooperativa. Sendo assim, propomos que o atual Acordo de *Stand-By* seja estendido por 15 meses, de forma a cobrir todo o ano de 2004, com aumento do acesso às parcelas de crédito no montante de DES 4.554 milhões (equivalente a 150 % da quota do Brasil no Fundo). Somados aos recursos disponíveis após a conclusão desta revisão, o total de recursos disponíveis até o fim do Acordo subiria para 335% da quota. Deve-se enfatizar, no entanto, que o Brasil não pretende sacar esses recursos, e que essa extensão do Acordo é parte de uma estratégia para o Brasil prescindir de novos programas de apoio do Fundo. A extensão proposta visa prover um seguro contra o impacto de uma eventual deterioração do cenário internacional. Além disso, para suavizar a programação de amortização junto ao Fundo, propomos uma extensão de parte das expectativas de desembolso, modificando os primeiros DES 4 bilhões de desembolsos da base de expectativas para a de obrigações em 2005 e 2006. Essa medida também ajudará a proteger o país contra possíveis choques externos. As metas

quantitativas do programa e os parâmetros estruturais para o período de extensão do Acordo estão listadas nos Quadros A e B.

Cenário Macroeconômico

Tabela 1. Parâmetros Macroeconômicos

4. Os efeitos da crise do ano passado se prolongaram por 2003, influenciando a atividade econômica em boa parte do ano. Assim, o crescimento real do PIB

	2002	2003	2004
Crescimento Real do PIB (em percentual)	1,5	0,6	3,5
Inflação (IPCA, variação percentual em 12 meses)	12,5	9,5	5,5
Conta Corrente (em percentual do PIB)	-1,7	0,4	-0,9
Reservas Brutas (US\$ bilhões)	38	48	44

em 2003 deve ser em torno de ½ por cento apenas. As recentes quedas dos juros reais, a melhoria estrutural do balanço de pagamentos e o maior acesso do setor privado ao mercado de capitais, por outro lado, já estão abrindo o caminho para uma sólida recuperação econômica em 2004. Como conseqüência, prevemos um crescimento de 3,5% do PIB no próximo ano, impulsionado por uma forte demanda doméstica. Com a recuperação da economia, é esperada uma leve deterioração do resultado em conta corrente, que, em vista da melhora estrutural que vem ocorrendo nos últimos 18 meses, deverá resultar em um déficit em conta corrente baixo para os padrões históricos. A conta capital deve continuar se normalizando, em parte pela recuperação dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos. As reservas internacionais líquidas devem aumentar, com o Tesouro Nacional honrando parte do serviço da dívida externa por meio de compras de divisas no mercado de câmbio. A inflação deve convergir ao longo do ano para o ponto central da meta de 2004. A Tabela 1 apresenta as principais variáveis macroeconômicas previstas no programa.

Mantendo a Disciplina Macroeconômica

5. A manutenção de políticas fiscal e monetária sólidas está no âmago do programa econômico do governo para 2004. Manter a inflação baixa e continuar reduzindo a relação dívida/PIB é essencial para continuar recuperando a confiança e assegurar um ambiente no qual os agentes econômicos possam tomar decisões de investimento de longo prazo. Assim, políticas macroeconômicas sólidas continuam sendo um ingrediente essencial na nossa estratégia de crescimento econômico.

6. O desempenho fiscal esse ano tem superado as metas do programa, com o superávit primário acumulado atingindo 5,1% do PIB ao fim de setembro. O resultado fiscal expressivo desse ano contribuiu para a estabilização da dívida/PIB (valorizado) em 57,7% ao fim de setembro. O Orçamento para 2004, baseado no superávit primário de 4,25% do PIB, foi enviado ao Congresso, reafirmando o compromisso do governo com uma política fiscal prudente e a contínua redução da dívida pública. Os critérios de desempenho fiscal do programa estão descritos no Quadro A. Como é comum na maioria dos sistemas orçamentários, a meta nominal de fim de ano cria incentivos para gastos ineficientes ao final do ano fiscal. Para reduzir esses incentivos perversos, propomos que qualquer montante que

exceder a meta fiscal seja transposto para 2004, para que seja utilizado para atender a gastos sociais prioritários adicionais (vide parágrafo 17).

7. A política monetária continuará a ser orientada para alcançar as metas de inflação. Ao longo do último ano, o Banco Central (BCB) respondeu de forma vigorosa aos riscos inflacionários decorrentes da expressiva depreciação do real observada em 2002. Em consequência, tanto a inflação, quanto a expectativa de inflação, têm caído, permitindo que o Banco Central haja iniciado um processo cauteloso de relaxamento da política monetária. O BCB irá continuar a determinar a política monetária olhando para frente, com vistas a cumprir a meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional. Em vista da convergência da inflação para as metas do governo, espera-se que haja espaço para que se continue a relaxar a política monetária. No quadro A, estão descritas as bandas em volta da trajetória da inflação em 2004 propostas para o programa, as quais são consistentes com a meta oficial de inflação para o final do ano de 5,5%, mais ou menos 2,5 pontos percentuais.

Criando um Ambiente para o Desenvolvimento

8. Um crescimento econômico sólido e socialmente justo é a prioridade da agenda econômica do governo. Trazer o país para uma trajetória de crescimento compatível com o considerável potencial brasileiro, no entanto, irá requerer uma série de ações, tais como: melhorar a qualidade da despesa orçamentária, melhorar e flexibilizar a alocação dos recursos públicos, assim como permitir a retomada do investimento público; aumentar a intermediação financeira e diminuir o custo do crédito para estimular o financiamento do investimento privado; e melhorar o ambiente empresarial e regulatório, a fim de diminuir os entraves burocráticos ao crescimento. Ao mesmo tempo, para proporcionar maior apoio aos mais pobres, o governo continuará seus esforços no sentido de redirecionar recursos para projetos de maior retorno social. Adicionalmente, o governo vai trabalhar para garantir a implementação das reformas tributária e previdenciária, reduzir as vulnerabilidades associadas à estrutura da dívida pública e melhorar o acesso a serviços sociais essenciais.

9. **Flexibilidade orçamentária e investimento.** Como consequência de anos de inflação e frágil disciplina fiscal, menos de 15 por cento das despesas primárias são alocadas de forma discricionária pelo governo, criando uma rigidez orçamentária que muitas vezes inibe de maneira significativa uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos. O resultado dessa rigidez é que uma parcela pequena do orçamento tem que suportar a maior parte de qualquer ajuste fiscal, implicando muitas vezes em cortes nos gastos mais produtivos e com maior capacidade de estimular o crescimento. Além disso, o excesso de vinculação tende a tornar a política fiscal pró-cíclica e a diminuir o escrutínio da qualidade das despesas vinculadas. Adicionalmente, ainda há muito pouca avaliação quanto à efetividade das despesas públicas, com indicadores de desempenho das metas finalísticas frequentemente falhos em focar suficientemente nos resultados. O governo vem se empenhando em resolver esses assuntos e planeja preparar um estudo sobre as implicações das vinculações setoriais, em particular à luz da intenção de introduzir o ajuste cíclico na política fiscal e melhorar a qualidade do gasto público.

10. O Plano Plurianual (PPA), apresentado em agosto, prevê que uma importante fração do investimento em infra-estrutura seja conduzida pelo setor privado. Isso permitirá alavancar os recursos do governo, aumentando o investimento em infra-estrutura impulsionadora do crescimento econômico, com a manutenção da disciplina fiscal. Com esse objetivo, o governo está estruturando um programa fiscalmente responsável de parcerias público-privadas, em que todos os compromissos assumidos serão divulgados ao público tempestivamente e sejam consistentes com a sustentabilidade fiscal de médio prazo. Todas as despesas financeiras serão apresentadas no orçamento. O marco legal de apoio a essa nova abordagem já foi submetido à consulta pública e deverá ser votado a tempo de se tornar operacional em 2004. O recém regulamentado Programa de Incentivo à Implementação de Programas de Interesse Social—PIPS deverá contribuir para o desenvolvimento dessas parcerias tanto no setor de habitação quanto no de infra-estrutura.

11. **Intermediação financeira e o custo do crédito.** Um sistema de intermediação financeira sólido e eficiente é essencial para canalizar a poupança privada para o setor produtivo privado. O relaxamento das condições monetárias já tem se traduzido em *spreads* bancários menores, mas aprimorar a intermediação e continuar baixando esses custos irá requerer reformas adicionais. Por exemplo, os elevados depósitos compulsórios contribuem, em parte, para que os *spreads* bancários sejam estruturalmente altos. No entanto, o papel dos depósitos compulsórios em geral é complexo e qualquer modificação nessa área requererá estudos cuidadosos. Para esclarecer esse assunto, o BCB deverá preparar, por volta do meio do ano, uma nota para avaliar as precondições para a redução dos depósitos compulsórios no médio prazo. A aprovação da Lei de Falências também representa um importante passo para melhorar o desenvolvimento do mercado de crédito. A aprovação da Lei será seguida por uma campanha de treinamento e educação com vistas a facilitar sua implementação.

12. Diversas outras medidas estão em andamento ou sendo preparadas para melhorar a intermediação financeira ou reduzir os custos de crédito. Primeiro, o processo de privatização dos bancos federalizados foi retomado, com uma nova rodada de avaliações para a definição do preço mínimo de venda de um dos bancos. Segundo, até junho de 2004, o governo irá implementar o sistema desenvolvido pelo Banco Central para análise de crédito (Cadastro Positivo), para promover melhores decisões de risco de crédito por parte do emprestador e estimular a concorrência, ao facilitar que um tomador possa procurar novos financiadores. Terceiro, para melhorar o funcionamento do mercado de crédito ao consumidor, os trabalhadores poderão permitir que os bancos descontem uma parcela de seus salários a receber, a título de pagamento de seus empréstimos; até março de 2004, esse mecanismo deverá ser estendido para incluir os aposentados do sistema público de previdência. Ao reduzir o risco de crédito dos empréstimos pessoais, essas medidas deverão aumentar significativamente a oferta e reduzir o prêmio desses empréstimos. Quarto, em linha com a emenda do art. 192 da Constituição aprovada em 2003, o governo continua empenhado em que seja aprovada uma lei para aumentar a prestação de contas e dar autonomia operacional para o BCB, assim que haja espaço na agenda do Congresso. Ao fortalecer a credibilidade do regime de metas de inflação, a aprovação da nova lei para o Banco Central também contribuirá para diminuir o custo do crédito. Finalmente, o governo está empenhado em promover o funcionamento do mercado de capitais, dando clareza regulatória ao mecanismo

de *private equity* e simplificando os requisitos para emissão de debêntures por empresas de médio porte. Ao abrir novas fontes de financiamento às empresas de médio porte, essa medida irá também estimular os fluxos de crédito e reduzir os custos de financiamento do setor produtivo.

13. **O ambiente para o desenvolvimento da atividade econômica.** Uma das prioridades do governo é promover a melhoria do ambiente regulatório. Nessa área, algumas ações já estão sendo implementadas e outras medidas importantes já foram anunciadas. Primeiro, um documento sobre o papel das agências regulatórias foi publicado em conexão com o envio para audiência pública de legislação nessa área. Segundo, um novo marco regulatório para o setor elétrico deverá ser concluído até o final do ano, com o objetivo de aumentar o investimento privado nesse importante setor e promover a modicidade tarifária. Terceiro, estão em curso mudanças no setor de transporte terrestre, especialmente medidas para promover novas concessões rodoviárias e estimular o investimento em ferrovias. Essas ações ajudarão a reduzir o custo de transporte, notório fator de inibição do investimento no Brasil.

14. Além desses passos, o governo desenvolveu e apresentou medidas para diminuir os efeitos geradores de distorções dos tributos na atividade econômica, sem prejuízo da responsabilidade fiscal. A ampla reforma tributária, atualmente em debate no Congresso, auxiliará na redução daquelas distorções associadas ao sistema tributário. O governo também propôs acabar com a cumulatividade da COFINS, transformando-a em tributo do tipo sobre o valor adicionado. Ademais, o governo irá reduzir o impacto da CPMF nas realocações de carteira de investimentos, ampliando a gama de movimentações livres de taxaço. O governo também reduzirá o peso do IPI sobre os bens de capitais. Finalmente, a redução de entraves burocráticos para a abertura e fechamento de firmas e a agilização dos procedimentos aduaneiros deverão gerar ganhos de eficiência expressivos. Com esse fim, o governo identificará medidas para diminuir as barreiras burocráticas que inibem a abertura de novos negócios e distorcem os incentivos de exportação e importação. Essas medidas deverão começar a ser implementadas em 2004, em especial aquelas relativas ao tempo e requisitos necessários à abertura de novas firmas e à criação do ambiente apropriado ao comércio internacional, incluindo as empresas de pequeno porte.

15. **Composição da dívida pública.** A melhoria do ambiente econômico e o agressivo esforço para reduzir a rolagem da dívida interna atrelada ao dólar contribuíram para uma importante melhoria na composição da dívida pública em 2003. A proporção da dívida indexada ao câmbio caiu, enquanto a proporção dos títulos com juros prefixados aumentou. Ainda assim, a composição da dívida continua sendo fonte de vulnerabilidade, e importantes medidas continuarão a ser implementadas nessa área. O governo deve continuar empenhado em aumentar a base dos investidores de longo prazo, inclusive proporcionando mecanismos de recompra competitiva dos títulos indexados a índices de preços. O Tesouro continuará também, na medida em que as condições de mercado permitirem, a aumentar a liquidez no mercado de títulos por meio da consolidação dos prazos de vencimento da dívida pública, reduzir a proporção da dívida indexada ao câmbio e aumentar a proporção de papéis prefixados e indexados a índices de preços.

16. **Políticas Sociais.** O governo continua direcionando seus esforços para reduzir a pobreza e a profunda desigualdade de renda existentes no país. Para isso, foi criado o programa Bolsa Família, que consolida diversos programas sociais e provê estrutura institucional unificada para aqueles que recebem assistência social. O novo programa visa primordialmente dar apoio financeiro a famílias com crianças em idade escolar, incentivando a presença na escola e a participação em programas de nutrição e saúde familiar. O Bolsa Família irá ajudar a direcionar melhor a despesa social, diminuir os custos administrativos, e aumentar a cobertura da rede de proteção social cuja meta inicial é de alcançar mais de 3,5 milhões de famílias.

17. O governo também deverá tomar uma série de medidas para melhorar e expandir a cobertura de água e saneamento. Melhorias na área de saneamento terão um impacto extremamente amplo e positivo no bem-estar da população, principalmente dos grupos de baixa renda, e no meio ambiente. O governo trabalhará no Plano de Água e Saneamento e na criação de regras claras a fim de criar um ambiente institucional em que as relações contratuais entre os agentes possam se desenvolver de maneira segura e que torne possível a recuperação dos valores investidos no longo prazo. Esse trabalho estará apoiado, a nível subnacional, no aumento, em bases excepcionais, dos limites de contratação de créditos dos governos estaduais e municipais para projetos que, de acordo com critérios definidos, apresentem sustentabilidade econômica e geração de receita. Os critérios para esses projetos serão anunciados por volta de dezembro de 2003 (Quadro B).

18. Como sempre, continuaremos a manter um diálogo estreito com o Fundo, e estaremos prontos a tomar medidas adicionais, quando necessárias, para alcançarmos os objetivos desse programa.

Cordialmente,

/s/

Antônio Palocci Filho
Ministro da Fazenda

/s/

Henrique de Campos Meirelles
Presidente do Banco Central do Brasil

QUADRO A. METAS QUANTITATIVAS

Todas as definições, ajustes e requerimentos de informações, salvo os aqui modificados, continuam idênticos àqueles estabelecidos pelo Memorando Técnico de Entendimento anexo à Carta de Intenções de 29 de agosto de 2002, modificada nas revisões subsequentes do Acordo de *Stand-By*.

	CD, MI,BC,HP 1/	2003		2004				
		Fim de setembro		Fim de	Fim de	Fim de	Fim de	
		Programa	Efetivo	dezembro	março	junho	setembro	dezembro
			Programa	Programa	Programa	Programa	Programa	
Metas Fiscais (R\$ bilhões)								
Piso do superávit primário acumulado do setor público consolidado 2/	CD	54,2	57,1	65,0	14,5	32,6	56,9	71,5
Teto para o estoque da dívida líquida do setor público consolidado	MI	985,6	891,1	955,4	995,8	1.017,0	1.034,3	1.052,6
Metas do setor externo (US\$ bilhões)								
Teto para o estoque da dívida externa do setor público não financeiro	CD	94,9	89,4	95,6	95,9	93,1	94,7	94,7
Teto para o estoque da dívida externa garantida pelo setor público	CD	1,6	0,2	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6
Teto para o estoque total da dívida externa de curto prazo do setor público não financeiro	CD	3,5	0,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Piso das reservas líquidas internacionais 3/	CD	5,0	16,2	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0
Aumento na exposição do BCB nos mercados de câmbio futuro 3/	CD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aumento da exposição do BCB nos mercados a termo de câmbio 3/	CD	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Metas monetárias (em pontos percentuais)								
Variação do IPCA em 12 meses								
Banda Superior Externa	BC	17,5		12,0	10,3	9,5	8,8	8,0
Banda Superior Interna	BC	16,0		10,5	8,8	8,0	7,3	6,5
Valor Central	BC	15,0	15,1	9,5	7,8	7,0	6,3	5,5
Banda Inferior Interna	BC	14,0		8,5	6,8	6,0	5,3	4,5
Banda Inferior Externa	BC	12,5		7,0	5,3	4,5	3,8	3,0
Ítems de Referência (R\$ bilhões)								
Receitas de Privatização (acumulado)	HP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reconhecimento de Passivos (acumulado)	HP	8,6	2,0	10,0	2,9	5,7	8,6	11,5
Investimentos programados da Petrobrás	HP	9,6	...	11,9	3,3	6,7	10,5	13,5

1/ Critério de Desempenho (CD), Meta Indicativa (MI), Banda de Consulta (BC) ou Hipótese do Programa (HP).

2/ O piso será reduzido pelo montante de investimento de capital da Petrobrás que exceder o nível programado e pelo montante de desembolsos para projetos de água e saneamento em 2004, como discutido no parágrafo 17. A última provisão está sujeita a um teto de R\$ 2,9 bilhões e está associada ao desempenho fiscal até setembro de 2003. Os desembolsos elegíveis serão definidos por critérios estabelecidos sobre o parâmetro de dezembro de 2003, e serão reportados trimestralmente ao Fundo.

3/ Critérios de desempenho contínuos.

QUADRO B. PARÂMETROS ESTRUTURAIS

Final de Dezembro de 2003

- Anunciar critérios para aumentar os limites de contratação de crédito dos governos estaduais e municipais que apresentarem projetos de água e saneamento com sustentabilidade econômica e geração de receita, com o objetivo de modernização do setor.

Final de Março de 2004

- Implementar Medida Provisória que permita os trabalhadores usarem parte de seus salários futuros como garantia de empréstimos, e expandir a política para os aposentados do serviço público de previdência via regra do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).
- Apresentar legislação ao Congresso para expandir a gama de operações de reajuste de carteira isentas da alíquota da CPMF.

Final de Junho de 2004

- Disponibilizar o Cadastro Positivo para o setor bancário e tomadores de empréstimos, com informação do perfil de crédito dos clientes.
- Implementar a Lei de Falências (após aprovação no Congresso), por meio de programas de treinamento como mencionado no parágrafo 11.
- Completar um estudo sobre as implicações da rigidez orçamentária para a manutenção do ajuste cíclico na política fiscal.

Final de Setembro de 2004

- Conduzir um estudo que identifique medidas para simplificar, integrar e reduzir os requisitos para a abertura de negócios e para lidar com as superposições e redundâncias entre os diferentes órgãos e níveis de governo.

QUADRO C. PROPOSTA DE PROGRAMAÇÃO DE DESEMBOLSOS		
Montantes Disponíveis (em milhões de DES) e Fontes 1/	Datas Iniciais de Disponibilidade	Condições e Observações
	Data	
1.141 das CT 1.141 do SRF	6-Set-02	Aprovação do acordo de <i>Stand-By</i> .
1.141 das CT 1.141 do SRF	6-Dez-02	Conclusão da primeira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de setembro de 2002).
1.521 das CT 1.521 do SRF	7-Mar-03	Conclusão da segunda avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de dezembro de 2002).
4.266 das CT 2.285 do SRF	6-Jun-03	Conclusão da terceira avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de março de 2003).
1.521 das CT 1.521 do SRF	8-Ago-03	Conclusão da quarta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de junho de 2003).
5.621 das CT	7-Nov-03	Conclusão da quinta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de setembro de 2003).
911 das CT	9-Fev-04	Conclusão da sexta avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de dezembro de 2003).
911 das CT	7-Mai-04	Conclusão da sétima avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de março de 2003).
911 das CT	6-Ago-04	Conclusão da oitava avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de junho de 2004).
911 das CT	8-Nov-04	Conclusão da nona avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de setembro de 2004).
910 das CT	8-Fev-05	Conclusão da décima avaliação e cumprimento dos CDs pertinentes previstos no acordo (fim de dezembro de 2004).

Fonte: Estimativas do Fundo.

1/ CT significa Tranche de Crédito (*Credit Tranche*); SRF (*Supplemental Reserve Facility*).

Brasília, 28 de maio de 2003.

A Sua Excelência o Senhor
Diretor-Gerente **HORST KÖHLER**
Fundo Monetário Internacional

Senhor Diretor-Gerente,

1. O governo tem avançado rapidamente no cumprimento de sua agenda para a recuperação econômica e implantação das reformas. Depois de um importante esforço para a construção de consensos, uma proposta ambiciosa de reforma tributária e previdenciária foi enviada ao Congresso antes do previsto. A política fiscal tem se concentrado na redução da dívida pública: a Lei de Diretrizes Orçamentárias, enviada ao Congresso, aumenta a meta de superávit primário de médio prazo para 4,25 por cento do PIB. Além disso, a emenda constitucional que facilita a regulação do setor financeiro – um passo necessário à formalização da autonomia operacional do Banco Central – foi aprovada.
2. As políticas macroeconômicas de curto-prazo permanecem prudentes. O resultado fiscal está sendo substancialmente superior às metas e a política monetária está firmemente voltada ao combate do surto inflacionário decorrente da desvalorização da moeda no ano passado. O crescimento tem permanecido positivo e as perspectivas de médio prazo tornaram-se mais promissoras.
3. Nossos esforços contribuíram para um fortalecimento do real, queda acentuada do risco-país e redução das pressões inflacionárias. A taxa de rolagem da dívida interna está acima de 100 por cento, os juros têm declinado e a estrutura geral dos passivos governamentais melhorou. Além disso, no mês passado, o governo foi capaz de retornar ao mercado internacional de capitais por meio de uma muito bem-sucedida emissão de títulos que incluem cláusulas de ação coletiva.
4. Todos os critérios de desempenho desta revisão foram cumpridos e houve avanços nas discussões voltadas para a votação de uma nova Lei de Falências no Congresso ainda neste ano. Os parâmetros estruturais de final de junho, relativos ao envio das reformas tributária e previdenciária ao Congresso, foram atingidos antes do prazo. As perspectivas econômicas permaneceram, de um modo geral, inalteradas e estamos confiantes em relação ao cumprimento dos critérios de desempenho do programa.
5. Também estamos comprometidos em estender os progressos alcançados na redução da vulnerabilidade da economia a choques externos. O governo propõe o estabelecimento de um novo parâmetro estrutural para o final de setembro, o qual irá fortalecer o mercado de títulos da dívida interna, aumentar a liquidez do mercado secundário e diversificar a base de investidores. Mais precisamente, ele consiste no início das operações de um novo sistema de operadores primários e secundários, e do desenvolvimento das vendas de títulos públicos na internet por meio do programa Tesouro Direto.
6. O programa do governo irá consolidar os avanços econômicos que já foram observados nos primeiros meses desta administração. Acreditamos que a crescente estabilidade econômica trará ganhos tangíveis para o bem-estar dos brasileiros, especialmente os mais necessitados. Continuaremos a manter estreito diálogo com o FMI e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir estes objetivos.

Atenciosamente,

Antonio Palocci Filho
Ministro de Estado da Fazenda

Henrique de Campos Meirelles
Presidente do Banco Central do Brasil

Brasília, December 2, 2002

Dear Mr. Köhler:

1. In the period since Board approval of the new Stand-By Arrangement, financial markets have remained unsettled, owing both to an unfavorable international environment, and to concerns about the continuity of macroeconomic policies following the change in government next January. Market sentiment has improved since the presidential elections, but the full restoration of confidence has not yet occurred, and the exchange rate and interest rates have yet to recover to levels consistent with fundamentals.
2. The macroeconomic outlook has been strengthened by a remarkable adjustment in the external accounts: for 2002, the trade balance is expected to show a surplus of at least US\$ 12 billion, twice the level projected in the program. The rapid turnaround in exports has been a key driver of this improvement, reflecting not just the impact of the depreciation, but also productivity growth and the opening of new markets. As a result, the current account deficit is expected to fall by more than half this year as a percentage of GDP, from 4½ percent last year to below 2 percent in 2002 and 2003. Real output growth is expected to reach 1½ percent in 2002 and to recover to 2½ percent in 2003.
3. All end-September performance criteria and structural benchmarks under the program were met. The consolidated public sector primary surplus for the period January-September 2002 exceeded the performance criterion by a wide margin, which will allow us to achieve the annual target comfortably. Nevertheless, because of the depreciation of the currency the public sector net debt exceeded the program's indicative target. The 12-month rate of inflation in September was below the midpoint of the program's consultation bands, but inflation expectations have recently increased. Accordingly, consistent with a forward-looking inflation targeting framework, monetary policy has been tightened. The SELIC overnight interest rate has been raised by a cumulative 400 basis points since mid-October and reserve requirements have also been increased. Monetary policy is committed to meet the 2003 inflation target of up to 6.5%. Given the carry-over of 2002 inflation, we propose that the central points of the program's consultation bands on inflation—and the associated limits for the inner and outer consultation bands—be adjusted upwards by 2 percentage points to 8.5 percent for December 2002 and 8.0, 7.5 and 7.0 percent for March, June and September 2003.
4. The maintenance of sound economic policies and continued progress in the structural reform agenda will ensure the full restoration of market confidence in the coming months. But for the depreciation of the *real*, the debt-to-GDP ratio would already have started to decline. Without the restoration of market confidence, macroeconomic policies would need to be revised. For example, were exchange rate weakness to persist, an adjustment of fiscal policies in 2003 would be appropriate. This issue will best be addressed during the next program review, after the new administration has taken office and has had the opportunity to develop its fiscal strategy. Accordingly, no changes are proposed to the fiscal performance criteria outlined in the Technical Memorandum of Understanding that accompanied our request for the Fund program. However, the indicative debt ceilings are being adjusted in line with the updated macroeconomic scenario as follows: R\$895 billion for end-December 2002; R\$915

billion for end-March 2003; R\$905 billion for end-June 2003; and R\$930 billion for end-September 2003.

5. During the remainder of its mandate, the current administration is committed to working with congress and the incoming administration to make progress toward the approval of key structural reforms, including (i) the constitutional amendment clearing the way for a new law establishing operational autonomy for the central bank; (ii) the remaining legislation for the establishment of complementary pension funds for civil servants; and (iii) the provisional measure converting the social contribution for the Programa de Integração Social (PIS) into a value-added tax (enactment of which is an end-December performance criterion under the program). The new tax base for the PIS will be legally effective as of December 1, 2002 on a provisional basis until congress formally approves the provisional measure issued by the government last August.

6. The incoming administration has reiterated its support for the program. In his first speech to the nation following the election, the president-elect stressed that any reorientation of expenditure must respect the need for continued fiscal discipline; emphasized the importance of maintaining low inflation to protect the real incomes of the poor; and highlighted the significance of further progress in the structural reform agenda, giving particular prominence to tax and pension reform. Subsequent statements by spokesmen for the president-elect have repeated these themes, and have also noted the importance of developing the institutional framework for operational autonomy of the central bank. In the immediate future, the incoming authorities have indicated that they will work with the government to achieve passage of the reforms identified in paragraph 5.

7. The Brazilian authorities believe that the policies described in this letter, as well as in the previous Memorandum of Economic Policies, are sufficient to ensure the achievement of the program's objectives, but stand ready to take additional policy measures as needed. The authorities will maintain the usual close policy dialogue with the Fund.

Yours sincerely,

Pedro Sampaio Malan
Minister of Finance

Armínio Fraga Neto
President, Central Bank of Brazil

Mr. Horst Köhler
Managing Director, International Monetary Fund
Washington DC, USA

**O PRÉ-PAGAMENTO DO EMPRÉSTIMO DO BRASIL JUNTO AO
FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL**
(Dezembro de 2005)

O Governo Brasileiro decidiu antecipar para o final de 2005 o pagamento do total do saldo de 10,789 bilhões de Direitos Especiais de Saque—DES (aproximadamente US\$ 15 bilhões) referentes ao empréstimo tomado pelo país junto ao Fundo Monetário Internacional—FMI. Essa decisão resultou do fortalecimento do setor externo e de outros fundamentos macroeconômicos do Brasil. As exportações brasileiras aproximam-se dos US\$ 120 bilhões em 12 meses, proporcionando em 2005 um saldo comercial próximo a US\$ 40 bilhões e, pelo segundo ano consecutivo, um saldo da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos próximo a 2% do PIB. O pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição. Além das relações normais previstas no Artigo IV do Estatuto do Fundo, o Brasil continuará desenvolvendo projetos conjuntos que deverão ter impacto importante em muitos países membros, notadamente no que concerne ao Projeto Piloto de Investimento e à implementação do Manual de Contas Públicas. Além disso, o Brasil dará prosseguimento ao diálogo sobre a conveniência de desenvolver mecanismos que fortaleçam a arquitetura financeira mundial e amenizem os impactos de choques sobre a conta de capital das economias abertas.

----- 0 -----

Retrospecto do Programa com o FMI concluído em Março de 2005

- O Brasil iniciou o ciclo recente de Programas com o FMI em dezembro de 1998, quando a instabilidade dos mercados financeiros internacionais, a rigidez imposta pelo regime de câmbio fixo e outros elementos de desequilíbrio macroeconômico geraram vulnerabilidades que tornaram o apoio externo indispensável à economia brasileira.
- Naquela ocasião, o Brasil obteve acesso a 13,0 bilhões de Direitos Especiais de Saque—DES, equivalentes a US\$ 18 bilhões aproximadamente, que foram sacados gradualmente, mas que, no começo de 1999, já haviam acrescido US\$ 9,8 bilhões às reservas internacionais do país.
- Nos dois anos e meio seguintes, o Brasil passou por um ajuste macroeconômico expressivo, com a adoção de um tripé de políticas que tem se mostrado efetivo: o ajuste fiscal, o regime de câmbio flutuante, e o sistema de metas de inflação.
- Não obstante a adequação do tripé de políticas macroeconômicas adotado, choques que se seguiram—notadamente a falta de energia elétrica e as repercussões do estouro da bolha da informática e da queda das bolsas estrangeiras—levaram o Governo Brasileiro a julgar conveniente renovar o acordo com o FMI em agosto de 2001. Em vista do episódio de 11 de setembro de 2001, essa renovação se tornou ainda mais importante.
- Em 2002, a contínua deterioração das condições econômicas no Brasil, sinalizada pelo segundo ano de baixo crescimento econômico na esteira da crise de energia, e a crescente desconfiança do mercado internacional à sombra de interrupções unilaterais do pagamento de dívidas—inclusive linhas de crédito à exportação—por parte de alguns mercados emergentes indicaram a necessidade de se estabelecer um novo acordo com o FMI, que inclusive facilitasse a transição

durante e após o período eleitoral brasileiro.

- Todos os candidatos a Presidente da República indicaram, ainda em agosto de 2002, que respeitariam o acordo que o Governo Brasileiro assinasse com o FMI, repelindo qualquer temor que pudesse surgir de descontinuidade institucional ou de risco de que a República deixasse de cumprir seus compromissos externos.

Os Três Programas Acordados com o FMI desde 1998

Empréstimo	Data	Data	Valor Aprovado	Valor Sacado
	Aprovação	Conclusão	Milhões de DES	Milhões de DES
Stand-by	6/9/2002	31/3/2005	27,375.12	17,199.64
dos quais SRF	6/9/2002	5/9/2003	7,609.69	7,609.69
Stand-by	14/9/2001	5/9/2002	12,144.40	11,385.37
dos quais SRF	14/9/2001	5/9/2002	9,950.87	9,950.87
Stand-by	2/12/1998	14/9/2001	13,024.80	9,470.75
dos quais SRF	2/12/1998	1/2/1999	9,117.36	6,512.40

- No começo de 2003, o Governo recém-eleito reafirmou seu compromisso de honrar contratos, ao mesmo tempo em que dirigiu o foco do acordo com o FMI para aspectos macroeconômicos. Nessa ocasião, o Governo Brasileiro avaliou ser oportuno aumentar as metas para o superávit primário do setor público consolidado de 3,75% para 4,25% do PIB, em vista do aumento da relação dívida/PIB nos 18 meses anteriores e da importância de reduzir essa relação para permitir a retomada do crescimento econômico e a queda gradual dos juros.
- Independentemente ao acordo, o Governo Brasileiro estabeleceu um ambicioso programa de reformas estruturais, que contribuiu para os bons resultados da economia nos trimestres seguintes, reforçando os efeitos do fortalecimento do setor externo brasileiro decorrente do acentuado crescimento das exportações e da geração de expressivos superávits na conta corrente do balanço de pagamentos.
- No final de 2003, com a franca recuperação da economia e da confiança dos agentes econômicos, o programa foi de um lado estendido e ampliado e de outro transformado em preventivo—isto é, os recursos adicionais no montante de DES 4,5 bilhões disponibilizados pelo Fundo não seriam, como de fato não foram, sacados pelo Brasil. Nessa ocasião, o Governo Brasileiro sinalizou a sua prioridade ao investimento público de qualidade, incorporando ao acordo condições inovadoras que permitiam o pronto financiamento de projetos de saneamento básico no montante de até R\$ 2,9 bilhões.
- Em março de 2005, com o término da extensão acordada em 2003, o acordo com o FMI não foi renovado, concluindo-se um processo de ajuste macroeconômico de sucesso em que o Brasil, desde o início de 1999, nunca precisou pedir dispensas (*waivers*) por descumprimento das metas do programa, nem atrasou qualquer das revisões periódicas por ter falhado em cumprir com o acordado.
- A confiança mútua gerada ao longo desse processo, como decorrência da forma honesta e direta com que o Brasil e o Fundo Monetário Internacional se relacionaram durante esses anos, contribuiu para o sucesso de várias iniciativas inovadoras que vieram a ser incorporadas às práticas do FMI em outros países, e para que o Brasil tenha se fortalecido e vencido as diversas crises internacionais e os desafios domésticos enfrentados desde 1998.

- Além disso, a proporção da Dívida Pública Mobiliária Federal interna—DPMFi indexada ao dólar (incluindo os efeitos dos “swaps” do Banco Central) caiu de quase 50% em 2002 para 3% ao final de 2005. Por seu lado, a proporção de papéis pré-fixados aumentou de 2% da DPMFi no começo de 2003, para perto de 28% ao final de 2005, reduzindo em mais de 75% a vulnerabilidade da DPMFi a variações do câmbio e da taxa Selic. O Tesouro Nacional também teve sucesso em emitir títulos soberanos denominados em reais (com prazo de 10 anos) e em trocar dívidas antigas, como o C-Bond. Além disso, verifica-se a abertura do mercado de títulos domésticos aos investidores estrangeiros, diminuindo ainda mais a exposição do país à dívida denominada em moeda estrangeira.
- Essa melhora já mereceu um reconhecimento incipiente, tanto por parte de instituições de classificação de risco quanto dos mercados, onde o prêmio da dívida externa brasileira continua se reduzindo. Esse processo se fortalece com o equacionamento antecipado dos pagamentos para 2006 e 2007, no que diz respeito tanto ao saldo do empréstimo junto ao FMI, quanto às ações tomadas pelo Tesouro Nacional com vistas ao serviço da Dívida Pública Federal nos 18 meses vindouros.

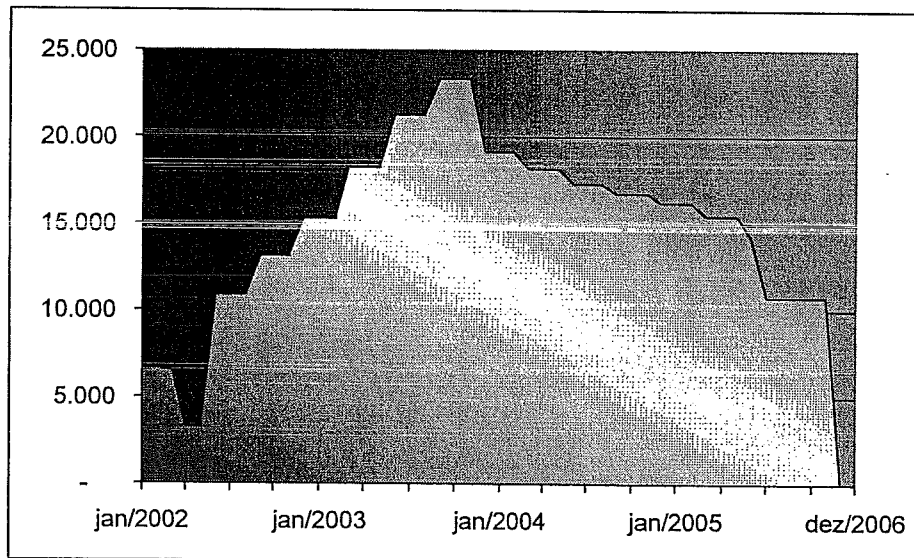
Indicadores de Robustez Externa 2002-2005

Discriminação	2002	2003	US\$ milhões	
			2004	2005
				Jun
Dívida de médio e longo prazos (A)	187 316	194 736	182 630	174 554
Dívida de curto prazo (B)	23 395	20 194	18 744	16 755
Dívida total do setor público	125 245	135 689	132 259	122 524
Exportações (bens e serviços)	69 913	83 531	109 059	120 938
Indicadores				
Serviço da dívida / exportações de bens e serviços (%)	71,4	63,4	47,6	39,2
Juros / exportações de bens e serviços (%)	20,3	17,0	13,1	11,8
Dívida total do setor público / dívida total (%)	59,4	63,1	65,7	64,0
Reservas / dívida total (%)	18,0	22,9	26,3	31,3
Reservas / dívida de curto prazo (por vencimento residual) (%)	64,6	82,9	99,3	116,2
Dívida total / exportações de bens e serviços (razão)	3,0	2,6	1,8	1,6
Dívida total líquida / exportações de bens e serviços (razão)	2,4	1,8	1,2	1,0
Reservas / serviço da dívida (razão)	0,8	0,9	1,0	1,3
Reservas / juros (razão)	2,7	3,5	3,7	4,2

estoque remanescente de 10,789 bilhões de DES (US\$ 15,390 bilhões) do empréstimo junto ao FMI.

- O pagamento antecipado do empréstimo junto ao FMI deverá proporcionar o não pagamento de juros ao longo de um período de dois anos da ordem de US\$ 900 milhões.

Saldo do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional Milhões de DES



- A tomada dessa decisão por parte do Governo Brasileiro baseou-se, entre outros fatores, na melhora continuada das reservas internacionais ao longo dos últimos anos, no desempenho robusto das exportações, na melhora do perfil da dívida pública externa—cujo prazo médio das emissões tem excedido 11 anos—, no ritmo do pré-financiamento da rolagem da dívida externa prevista para 2006, e na aquisição de divisas pelo Tesouro para o pagamento de juros e dívidas contratuais junto a organismos.

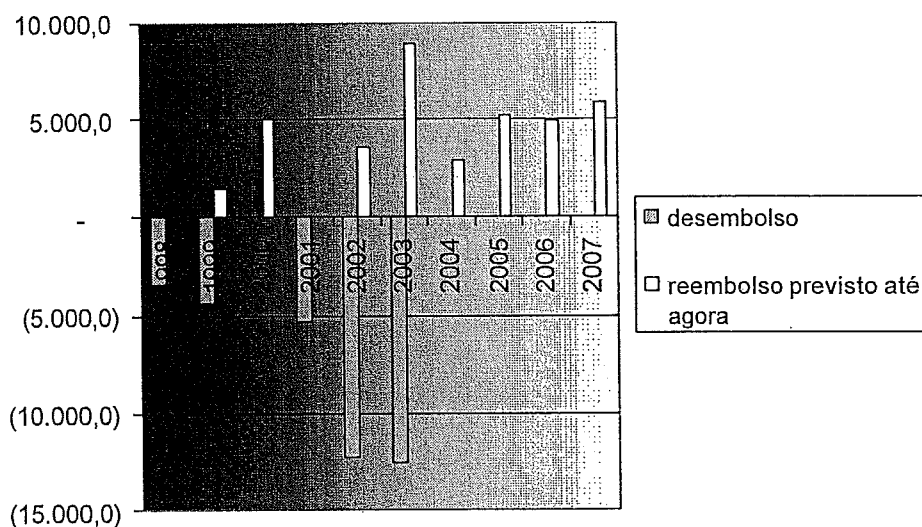
Implicações do Pagamento Antecipado ao Fundo Monetário Internacional

- A decisão de pagar antecipadamente ao Fundo Monetário Internacional não altera o bom relacionamento do Governo Brasileiro com aquela instituição, cuja manutenção tampouco foi prejudicada pela decisão de não renovar o programa com o FMI no começo de 2005. Projetos conjuntos, com repercussões para parcela significativa dos países membros do FMI, terão o mesmo prosseguimento, notadamente o Projeto Piloto de Investimento e a implementação do novo Manual das Contas Públicas, inclusive a nível sub-nacional. Além disso, o Governo Brasileiro continuará mantendo as relações previstas no Artigo IV dos Estatutos do FMI, em particular a troca de impressões sobre a evolução da economia nacional e internacional.
- O pagamento antecipado ao FMI é uma decisão que reflete de maneira objetiva a continuada melhora dos fundamentos do Brasil, especialmente a redução das vulnerabilidades externas e do risco de crédito da dívida pública externa e interna e da dívida privada, na esteira de um saldo em conta corrente próximo a 2% do PIB pelo segundo ano consecutivo.

desempenho do setor exportador.

- Por outro lado, desde o começo de 2004, quando o Brasil havia concluído os desembolsos associados ao acordo assinado em 2002, o país vinha reduzindo sua exposição junto ao FMI, além de não ter sacado nenhuma das prestações disponibilizadas dentro da extensão preventiva realizada em setembro de 2003.
- Os reembolso ao FMI previstos para 2005 eram de 5,6 bilhões de Direitos Especiais de Saques (DES), dos quais 5,3 bilhões já foram pagos (a taxa de câmbio atual do DES é de US\$ 1,426/DES).

Desembolso e Reembolso dos Programas do Brasil com o FMI Milhões de DES



- O acordo previa, além disso, reembolsos de DES 4,9 bilhões em 2006 (US\$ 7 bilhões à taxa de câmbio de dezembro de 2005) e DES 5,9 bilhões em 2007 (US\$ 8,4 bilhões). Esse cronograma já refletia o pagamento adiantado, dentro do ano, de DES 3,4 bilhões feito pelo Brasil em julho de 2005, em decorrência do fortalecimento das reservas internacionais e com vistas a uma melhor administração de ativos e passivos em moeda estrangeira à conta do Banco Central.

Programação de Reembolso e Serviço do Empréstimo do FMI para o Brasil Milhões de DES

	Projetado				
	2005	2006	2007	2008	2009
Principal		4906,71	5882,4		
Juros	125,2	463,53	163,95	7,02	6,22
Total	125,2	5370,24	6046,35	7,02	6,22

- Em dezembro de 2005, após avaliar o progresso no fortalecimento do setor externo da economia brasileira, o Governo Brasileiro decidiu efetuar prontamente o reembolso total do

Etapas dos Programas com o FMI desde 1998

AÇÃO	DATAS
Décima Revisão -- NÃO RENOVAÇÃO DO ACORDO -- Conclusão com sucesso do processo de apoio do Fundo	01-mar-05
Nona Revisão	15-dez-04
Oitava Revisão	23-set-04
Sétima Revisão	03-jun-04
Sexta Revisão	26-mar-04
EXTENSÃO E AMPLIAÇÃO DO ACORDO	15-dez-03
Quarta Revisão	20-ago-03
Terceira Revisão	13-jun-03
Segunda Revisão	28-fev-03
Primeira Revisão	19-dez-02
NOVO ACORDO -- Choques externos, notadamente em alguns mercados emergentes; Apoio durante o período eleitoral 2002	04-set-02
Décima primeira avaliação	20-jun-02
Décima avaliação	26-mar-02
Nona avaliação	24-jan-02
Oitava avaliação	12-set-01
REFORÇO DO ACORDO -- Choque Doméstico de Oferta e Queda das Bolsas Estrangeiras	03-ago-01
Sétima avaliação	29-mar-01
Sexta avaliação	28-nov-00
Quinta avaliação	01-jun-00
Quarta avaliação	02-dez-99
Terceira avaliação	05-jul-99
Memorando Técnico de Entendimentos (13.05.1999) -- Incorporação sistema meta de inflação	13-mai-99
Memorando de Política Econômica (08.03.1999) -- Ajuste para flutuação do câmbio	08-mar-99
ASSINATURA DO ACORDO COM FMI -- Turbulência nos mercados internacionais	13-nov-98

Desembolsos do FMI e Reembolsos da República do Brasil

- Ao longo de todo o período com programa com o FMI, o Governo Brasileiro considerou os recursos emprestados pelo FMI como uma **garantia contra choques na conta de capital**, não tendo intenção de utilizá-los para o financiamento de suas necessidades, especialmente de conta corrente.
- Essa atitude foi refletida pela segregação, de certo modo única a nível internacional, desses recursos e a publicação sistemática e periódica de estatísticas distinguindo as reservas pelo conceito padrão de disponibilidade líquidas (ou seja, reservas totais), do valor ajustado descontando os recursos emprestados pelo FMI.
- O valor das reservas ajustadas do Brasil, descontados os recursos do FMI, que chegou a um mínimo de US\$ 16,3 bilhões no final de 2002, e era de US\$ 17,7 bilhões em janeiro de 2003, já havia crescido para US\$ 25,1 bilhão em janeiro de 2004, atingindo US\$ 30,0 bilhões em janeiro de 2005.
- Ao longo de 2005, já antes do encerramento do acordo com o FMI, as reservas ajustadas, isto é, excluindo o valor emprestado pelo Fundo, foram sendo rapidamente incrementadas, tirando bom proveito da ampla disponibilidade de divisas no mercado nacional decorrente do forte



EXTRAS



<http://www.fazenda.gov.br/>

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/acordofmi.asp>

Ajuste Fiscal

Os textos dos acordos com o FMI

Consulte aqui os documentos referentes ao acordo assinado entre o Brasil e o FMI desde 13/11/1998

NOVA [Pré-pagamento do empréstimo do Brasil \(13/12/2005\)](#)

Décima Revisão

[FMI conclui a décima revisão do acordo com o Brasil*](#)

Brasil não renova acordo com o FMI (28/02/2005)

▶ [Exposição de motivos](#)

▶ [Pronunciamento do ministro](#)

Nona Revisão

[Carta de intenção referente à nona revisão do acordo \(15/12/2004\)](#)

Oitava Revisão

[Carta de intenção referente à oitava revisão do acordo \(23/09/2004\)](#)

Sétima Revisão

[Carta de intenção referente à sétima revisão do acordo \(03/06/2004\)](#)

Sexta Revisão

[Carta de intenção referente à sexta revisão do acordo \(26/03/2004\)](#)

Novo Acordo

[Carta de intenção referente ao novo acordo \(15/12/2003\)](#)

Quarta Revisão

[Carta de intenção referente à quarta revisão do acordo \(20/08/2003\)](#)

Terceira Revisão

[Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo \(13/06/2003\)](#)

Segunda Revisão

[Carta de intenção referente à segunda revisão do acordo \(28/02/2003\)](#)


Primeira Revisão

[Nota do FMI sobre a revisão do acordo \(19/12/2002\)](#)

Carta de intenção enviada em 02/12/2003

Acordo Stand-By

Brasil – Memorando de Política Econômica (04.09.2002)


Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (04.09.2002) 

Carta do Ministro da Fazenda ao Diretor-Geral do FMI (29/08/2002)

Avaliações do acordo anterior:

Décima primeira avaliação


Brasil – Memorando de Política Econômica (20.06.2002)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (20.06.2002) 

Décima avaliação

Carta do Ministro da Fazenda ao Diretor-Geral do FMI (04.03.2002)

Brasil – Memorando de Política Econômica (26.03.2002)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (26.03.2002) 

Nona avaliação

Brasil – Memorando de Política Econômica (24.01.2002)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (24.01.2002)

Oitava avaliação

Carta do Ministro da Fazenda ao Diretor-Geral do FMI (12.09.2001)

Brasil – Memorando de Política Econômica (12.09.2001)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (12.09.2001)

Exposição do Ministro Malan sobre o novo acordo com o FMI (03/08/2001)

O anúncio do novo acordo com o FMI (03.08.2001)

Sétima avaliação

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (29.03.2001)

Brasil – Memorando de Política Econômica (29.03.2001)

Sexta avaliação

Brasil – Memorando Técnico de Entendimento (28.11.2000)

Memorando de Política Econômica (28.11.2000)

Quinta avaliação

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (01.06.2000)

Memorando de Política Econômica (01.06.2000)

Quarta avaliação

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (02.12.1999)

Memorando de Política Econômica (02.12.1999)

Terceira avaliação

Brasil e FMI – Memorando Técnico de Entendimentos (Agosto/1999)

Memorando de Política Econômica (05.07.1999)

Brasil – Memorando Técnico de Entendimentos (13.05.1999)†

Memorando de Política Econômica (08.03.1999)

Texto em inglês divulgado pelo FMI

Critério de Desempenho para as vendas líquidas de divisas estrangeiras pelo Banco Central do Brasil

Tabelas

Acordo

Transcrição da fala do ministro na apresentação do acordo entre Brasil e FMI (13.11.1998)

Ofício dirigido ao diretor do FMI (13.11.1998)

Memorando de Política Econômica (13.11.1998)

Memorando Técnico de Entendimentos (08.11.1998)

Exposição de Motivos nº 756/MF (07.12.1998)

Transcrição da exposição do ministro Pedro Malan na Comissão de Assuntos Econômicos no Senado Federal (08.12.1998)

Ajuste Fiscal

Detalhes do Acordo do Brasil com o FMI

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r131205.asp>

Notas Oficiais

13/12/2005

Pré-pagamento do empréstimo do Brasil junto ao Fundo Monetário Internacional

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva acolheu proposta do Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central no sentido de antecipar para o final de 2005 o pagamento do total do saldo de 10,789 bilhões de Direitos Especiais de Saque—DES (aproximadamente US\$ 15,5 bilhões) referentes ao empréstimo tomado pelo país junto ao Fundo Monetário Internacional—FMI.

2. Essa decisão resultou do fortalecimento do setor externo e de outros fundamentos macroeconômicos do Brasil. As exportações brasileiras aproximam-se dos US\$ 120 bilhões em 12 meses, proporcionando em 2005 um saldo comercial superior a US\$ 40 bilhões e, pelo segundo ano consecutivo, um saldo da Conta Corrente do Balanço de Pagamentos próximo a 2% do PIB. Houve também melhora no perfil da dívida pública externa, cujo prazo médio de emissões tem excedido 11 anos, e no pré-financiamento da rolagem desta dívida.

3. O pagamento antecipado ao FMI não altera o bom relacionamento entre o Brasil e a instituição. Além das relações normais previstas no Artigo IV do Estatuto do Fundo, o Brasil continuará desenvolvendo projetos conjuntos que deverão ter impacto importante em muitos países membros, notadamente no que concerne ao Projeto Piloto de Investimento e à implementação do Manual de Contas Públicas. Além disso, o Brasil dará prosseguimento ao diálogo sobre a conveniência de desenvolver mecanismos que fortaleçam a arquitetura financeira mundial e amenizem os impactos de choques sobre a conta de capital das economias abertas.

4. O Banco Central do Brasil estará definindo nos próximos dias os detalhes operacionais referentes ao pagamento antecipado, que será efetuado até o final deste mês.

5. O cronograma original desta linha de crédito previa amortizações de 4,9 bilhões e 5,9 bilhões de DES (cerca de US\$ 7 bilhões e US\$ 8,4 bilhões) em 2006 e em 2007 respectivamente, conforme tabela abaixo:

	Principal em DES		Principal em US\$	
	2006	2007	2006	2007
Março	664,78	2.246,71	952,59	3.219,40
Junho	854,89	2.056,59	1.225,00	2.946,97
Setembro	1.187,88	1.388,92	1.702,16	1.990,24
Dezembro	2.199,16	190,18	3.151,26	272,52
Total	4.906,71	5.882,40	7.031,02	8.429,13
Total em DES	10.789,11			
Total em USD	15.460,15			

6. Os recursos serão sacados das reservas internacionais brasileiras, reduzindo a posição de reservas brutas. O pré-pagamento, contudo, não afeta a posição detida em reservas líquidas.

Informações adicionais

<http://www.imf.org/external/np/sec/pr/2005/pr0564.htm>

FMI conclui a décima revisão do acordo com o Brasil

Press Release No. 05/64

March 22, 2005

International Monetary Fund

700 19th Street, NW

Washington, D.C. 20431 USA

IMF Executive Board Completes Final Review Under Brazil's Stand-By Arrangement

The Executive Board of the International Monetary Fund (IMF) has completed the 10th and final review of Brazil's performance under an SDR 27.4 billion (about US\$41.75 billion) Stand-By Arrangement that was approved in September 2002 and later augmented and extended in December 2003 (see [Press Releases No. 02/40](#) and [No. 03/217](#)).

Total drawings under the Stand-By Arrangement have amounted to SDR 17.2 billion (about US\$26.23 billion). Completion of the 10th review makes available an amount equivalent to SDR 910 million (about US\$1.39 billion) in addition to the SDR 9.3 billion (about US\$14.13 billion) that was previously made available under the arrangement but was not drawn. Brazil has not drawn under the arrangement since September 2003, and the authorities have indicated that they will not make any drawings before the arrangement expires on March 31, 2005.

Following the Executive Board's discussion of Brazil's economic performance, on March 21, 2005, Ms. Anne O. Krueger, First Deputy Managing Director and Acting Chair, said:

“Brazil's performance under the Stand-By Arrangement has continued to be strong, and all performance criteria for the tenth and final review have been met. The impressive track record of program implementation, together with the continued pursuit of sound macroeconomic policies and steady progress with structural reforms are clearly paying off. GDP growth reached 5.2 percent in 2004—the highest in ten years. Domestic demand rebounded during 2004, helped by the strengthening labor market and reforms to facilitate access to credit. With capacity utilization close to peak levels and rising business confidence, private investment has surged by around 11 percent over the past year. The recovery has also been aided by a very strong export performance, which has led to a record current account surplus of almost 2 percent of GDP.

“Monetary policy has continued to be appropriately cautious. In light of the supply-side shocks faced by Brazil over the past year, the reduction of inflation to within the target band in 2004 was a substantial achievement. The central bank's steady tightening of monetary policy in recent months has been prudent in the face of sticky inflation expectations and persistently high core inflation, and should ensure that inflation stays on a downward path, while keeping the recovery on course.

“Sustained high primary surpluses have allowed the government to steadily reduce its debt burden. Continued strong revenue performance and containment of nonpriority current spending in 2005 would provide room for further debt reduction and increased spending on high-quality infrastructure projects. The progress being made under the pilot project to strengthen mechanisms for selecting, implementing and monitoring public investment is encouraging.

“Brazil's vulnerabilities have continued to decline as a result of these strong policies. The structure of public debt has steadily improved, with the share of exchange-rate linked debt falling considerably. Brazil's banking system has strengthened substantially in recent years and the system coped well with the failure of a mid-sized bank in late 2004. Reflecting recent developments, financial market sentiment is very positive: sovereign spreads have fallen to record lows, the *real* has appreciated in recent months, and strong capital flows have allowed the central bank to rebuild international reserves. Moreover, the government has already funded about three quarters of its US\$6 billion external issuance requirements for 2005.

“Looking forward, continued progress on the structural reform agenda will be key to further enhancing Brazil's growth potential and reducing poverty and inequality. Substantial structural advances in recent months include the enactment of bankruptcy, private partnership and judicial reform laws and a streamlining of foreign exchange regulations. The government's agenda for 2005 includes important tax reforms and further measures to strengthen the business environment. The current context provides a favorable opportunity to advance other priority reforms, including measures to further promote financial intermediation, increase budget flexibility, address remaining imbalances in the pensions system, and reduce labor market informality and administrative barriers to doing business,” Ms. Krueger stated.

Brazil is an original member of the IMF; its quota is SDR 3.04 billion (about US\$4.63 billion), and its outstanding use of IMF credit currently totals SDR 16.1 billion (about US\$24.58 billion)

IMF EXTERNAL RELATIONS DEPARTMENT

Public Affairs: 202-623-7300 – Fax: 202-623-6278

Media Relations: 202-623-7100 – Fax: 202-623-6772

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r280305.asp>

Notas Oficiais

28/02/2005

Exposição de Motivos sobre acordo com o FMI

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Como é de conhecimento de Vossa Excelência, desde o final de 1998 o Brasil vem mantendo sucessivos Acordos *Stand-by* com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O apoio do FMI nesse período, marcado por grande turbulência nos mercados internacionais e transformações importantes na economia brasileira, contribuiu para a superação de momentos de dificuldade externa e para que o Brasil realizasse avanços expressivos em direção a uma maior solidez macroeconômica, bem como iniciasse um processo abrangente de reformas institucionais que vêm ampliando a eficiência da economia e a eficácia da política econômica, criando assim condições para um crescimento mais acelerado e equilibrado de nosso País.

2. Os avanços observados durante o mandato de Vossa Excelência são especialmente significativos e reconhecidos no País e internacionalmente. A condução segura da política macroeconômica, assentada em metas de inflação, regime cambial flexível e compromisso com equilíbrio fiscal de longo prazo, traduzido nas metas de superávit primário, foi determinante para restabelecer a estabilidade e a confiança da sociedade e dos mercados na solvência do setor público brasileiro, permitindo ao País beneficiar-se de maneira equilibrada e sustentável do ambiente internacional favorável. A política monetária adotada no início do governo garantiu a rápida convergência das taxas de inflação de um patamar superior a 17% no início de 2003 para níveis bem inferiores, correspondentes às metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional, e a autoridade monetária segue vigilante para coibir quaisquer riscos de repique inflacionário. Em consequência, a taxa de juros reais de médio prazo caiu mais de 30% em relação à média dos cinco anos anteriores, abrindo novas oportunidades para o investimento produtivo.

3. A queda da inflação e a redução da taxa de juros também são reflexos da austeridade no manejo da política fiscal. As metas de superávit primário – elevadas de 3,75% do PIB para 4,25% e 4,5% do PIB em 2003 e 2004, respectivamente – foram alcançadas e superadas. Em consequência, a relação dívida pública/PIB já caiu mais de 5 pontos percentuais e o déficit nominal vem caindo de forma acelerada, de cerca de 10% do PIB em 2002 para pouco mais de 2% nos últimos 12 meses. A gestão da política fiscal também vem possibilitando sensível melhoria do perfil da dívida pública. Reduziu-se em 31 pontos percentuais a parcela da dívida interna atrelada ao câmbio ao passo que se elevou em 18 pontos percentuais a parcela formada por títulos pré-fixados do Tesouro Nacional.

4. O ajuste externo, decorrente da política de câmbio flutuante e de uma bem sucedida agenda de expansão de nosso comércio exterior, é impressionante. Os principais indicadores de solvência externa vêm progressivamente melhorando, a exemplo da relação dívida externa sobre exportações que atingiu o melhor valor em mais de trinta anos (dívida total/exportações=2,1). Em decorrência do forte crescimento das exportações, que recentemente ultrapassaram a marca de US\$ 100 bilhões acumulados em 12 meses, estamos registrando superávits em conta corrente desde 2003, enquanto a balança comercial alcançou, em 2004, o saldo recorde de US\$ 33,7 bilhões. Paralelamente, o governo tem trabalhado para a recomposição das reservas internacionais, que hoje chegam a US\$ 61,9 bilhões, de modo a mitigar o impacto de eventuais crises externas, reduzindo, assim, a vulnerabilidade da economia.

5. O reconhecimento da solidez do compromisso fiscal e a melhora do setor externo já se refletiram em significativa queda do prêmio de risco do País nos mercados internacionais e em melhora da classificação de risco da dívida por agências especializadas. Tais movimentos deverão se intensificar na medida em que as atuais políticas sejam ratificadas e seus resultados se consolidem, mostrando uma inequívoca mudança estrutural na nossa economia.

6. No âmbito institucional também foram implementadas importantes reformas estruturais, como a da previdência, que promoveu ajustes que contribuirão com a solvência do sistema, e as mudanças no sistema tributário, com destaque para a introdução do regime não-cumulativo do PIS e da COFINS – que amplia a eficiência e a competitividade de nossa

economia. Aproveitando o bom desempenho da arrecadação, foram adotadas em 2004 várias medidas de desoneração tributária destinadas à redução do custo do investimento e do preço de produtos da cesta básica, bem como ao estímulo à poupança de médio e longo prazos.

7. Somam-se a estas ações a implementação de medidas que visam melhorar o ambiente de negócios, como a nova lei de falências e recuperação de empresas, a regulamentação das parcerias público-privadas e os novos mecanismos de incentivo à pesquisa e inovação, sem contar os inúmeros aperfeiçoamentos no mercado de crédito, entre os quais destacam-se os empréstimos com consignação em folha de pagamento, a nova lei de incorporações imobiliárias e a criação de instrumentos que contribuirão, de forma eficiente e a um menor custo, com o financiamento do agronegócio brasileiro. Estas medidas, tomadas em seu conjunto, diminuem as incertezas, incentivando o investimento e a disposição dos empreendedores a tomar riscos, fatores importantes para a expansão da atividade econômica, da produtividade e da renda do País.

8. A maior consistência da política macroeconômica e os avanços institucionais vêm permitindo ao País beneficiar-se de maneira segura e saudável do ambiente internacional favorável e têm se refletido num crescimento robusto do produto – que alcançou 5,2% no último ano – e do emprego. Em 2004 foram criados mais de 1,5 milhão de novos postos de trabalho no mercado formal, cifra duas vezes superior à média dos cinco anos anteriores. O crescimento tem se processado de forma cada vez mais equilibrada, puxado pela ampliação do consumo doméstico – reflexo do aumento do emprego e da preservação do poder de compra dos salários decorrente do controle da inflação –, pelo comércio internacional e, principalmente, por uma robusta expansão dos investimentos, inclusive em infra-estrutura. Setores inteiros, como o ferroviário, readquiriram fôlego, mostraram-se lucrativos e, sem gerar pressão sobre os gastos públicos, estão investindo mais que em qualquer momento das últimas décadas.

9. Vale ressaltar, Senhor Presidente, que a retomada do crescimento e a melhora do emprego são apenas parte de uma política mais ampla de inclusão social, cujos resultados começam a aparecer. A facilitação do acesso das pessoas pobres ao sistema bancário mobilizou mais de 5 milhões de pessoas. O crédito consignado permitiu aos trabalhadores acesso a taxas de juros muito inferiores às taxas de crédito pessoal até então vigentes. O Pronaf que, por determinação de Vossa Excelência, cresceu 100% na safra 2003/2004 e segue se expandindo de forma expressiva na safra 2004/2005, somando-se ao esforço de reforma agrária, tem cumprido papel fundamental na estabilidade das famílias no campo. A unificação e ampliação dos programas de transferência de renda por meio do Bolsa Família fortaleceu o papel do Estado no combate à desigualdade, melhorando inclusive o acesso à escola e aos cuidados com a saúde das crianças e de todos os cidadãos. A redução dos impostos sobre os alimentos, associado ao sucesso do combate à inflação, tem ampliado a renda efetiva das famílias. Enfim, Senhor Presidente, o atual processo de crescimento reveste-se de forte conteúdo social, melhorando progressivamente o bem-estar das famílias.

10. Os avanços realizados até este momento são, no entanto, apenas parte de um processo mais abrangente de consolidação da estabilidade econômica e de aperfeiçoamento institucional do País, o qual está longe de ser encerrado e no qual ocupa posição central a construção de uma estrutura fiscal cada vez mais sólida.

11. O Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, recentemente editado, ratifica o compromisso de seu Governo com a boa gestão das finanças públicas, ao estabelecer metas rigorosas de controle das despesas. A redução dos gastos autorizados na Lei Orçamentária Anual viabiliza o cumprimento das metas fiscais definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias num contexto em que a carga tributária deverá se reduzir como proporção do PIB em decorrência do conjunto de medidas de desoneração tributária já aprovadas.

12. Indo além, o recém-anunciado Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social ataca de forma contundente algumas das causas mais imediatas do déficit da Previdência Social, cujo crescimento é um dos principais fatores de risco para a evolução futura das contas públicas. Através de um conjunto objetivo e abrangente de medidas, o Programa visa alcançar três objetivos básicos: combater a sonegação, combater as fraudes na concessão de benefícios e melhorar o atendimento aos contribuintes e beneficiários. Os resultados esperados se traduzem em metas claras de redução do déficit do Regime Geral de Previdência Social que, sem o Programa, alcançaria cerca de R\$ 40 bilhões em 2005 e deverá ser reduzido para R\$ 32 bilhões em 2005 e R\$ 24 bilhões em 2006. O sucesso deste programa – cujos resultados serão fundamentais para a evolução do conjunto das despesas públicas nos próximos anos.

13. O controle racional das despesas configura medida de grande importância, pois confirma o compromisso assumido por Vossa Excelência com a contínua redução da relação dívida pública/PIB, sem ampliar a já elevada carga tributária de nosso País. O cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal requer que, entre outras regras, a criação de qualquer despesa obrigatória de caráter continuado deve estar condicionada à geração de novas receitas ou à redução permanente de outras despesas. É esse compromisso que dará condições para desenvolver, com sucesso, as prioridades da política social. A austeridade no manejo dos recursos públicos é o que garante, além dos benefícios do equilíbrio econômico, a sustentabilidade das ações do governo voltadas a promover a justiça social.

14. Para reafirmar o compromisso de controle das contas públicas, serão estabelecidas e amplamente divulgadas metas quadrimestrais de desempenho não apenas para o resultado primário do governo federal mas também para o resultado primário do setor público não financeiro. Desta forma, a sociedade terá parâmetros claros para avaliar e monitorar a gestão das finanças públicas e o cumprimento dos objetivos fiscais definidos pelo governo.

15. Também a agenda de reformas institucionais vem sendo ampliada e aperfeiçoada. Vários projetos importantes já se encontram em tramitação no Congresso Nacional e outros estão prontos para envio e apreciação pelo Legislativo.

16. Dentre aqueles que se encontram em tramitação no Congresso, destacam-se os projetos de reforma do Código de Processo Civil, que racionaliza o rito processual e inibe o uso do Judiciário como forma de procrastinação de obrigações, o novo arcabouço legal das agências reguladoras e o que incentiva a formalização do empreendedor de baixa renda. Tais projetos se complementam com outros que ainda estão em análise no âmbito do Governo, como a reformulação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, a simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas, a quebra do monopólio e abertura do mercado de resseguros e a regulamentação dos bancos de dados de proteção ao crédito.

17. O fortalecimento institucional do País na área econômica revela-se de diversas formas, mas todas expressam uma maior disposição da sociedade em promover mudanças que melhoram o funcionamento da economia e criam condições para uma maior eficácia da política econômica. Em particular, um tema cuja discussão vem se tornando cada vez mais madura é o da autonomia operacional do Banco Central do Brasil.

18. Embora o Banco Central não seja formalmente autônomo, ele possui uma autonomia operacional *de facto* na condução da política monetária, a qual foi construída ao longo dos anos e fortalecida em seu Governo, e que é fundamental para a credibilidade da política monetária e para uma atuação eficaz da instituição no combate às pressões inflacionárias. Hoje, a sociedade tem mais clareza dos benefícios da atuação autônoma do Banco Central. É a partir do amadurecimento desta percepção que devemos entender a discussão aberta pelo Senado Federal sobre o tema, que poderá resultar em importantes avanços em sua apreciação pelo Legislativo.

19. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o atual Acordo *Stand-by* com o FMI foi executado com sucesso. No período de 15 meses do Acordo, que se encerra no final de março, cumprimos todas as metas previstas e, como era nosso objetivo inicial para um acordo de caráter preventivo, não exercemos o direito de saque de nenhuma das parcelas disponíveis. À luz deste desempenho, este Ministério vem avaliando ao longo dos últimos meses a oportunidade e a necessidade da renovação do Acordo.

20. Tendo em vista os avanços já realizados pelo Brasil e, principalmente, tendo em vista o compromisso constantemente renovado por Vossa Excelência com a consolidação da estabilidade macroeconômica, a diminuição da nossa vulnerabilidade externa e com a continuidade do aprimoramento institucional do País, o risco de turbulências que prejudiquem o bom desempenho da economia brasileira é hoje bem menor do que foi no passado, assim como é muito menor a necessidade de apoio externo, como o que vem sendo concedido pelo FMI.

21. Estes são os motivos, Senhor Presidente, pelos quais este Ministério vem solicitar sua autorização para comunicar ao Fundo Monetário Internacional que não pretende renovar o Acordo *Stand-by* que vence no final deste mês. Evidentemente, o Brasil, como membro fundador do FMI, continuará mantendo estreitas relações de trabalho com aquela instituição, participando das consultas anuais referentes ao artigo IV do estatuto do Fundo, bem como tomando parte ativa nos debates sobre a arquitetura financeira internacional e sobre o desempenho da economia global que se desenvolvem naquela instituição.

Respeitosamente,

Antonio Palocci Filho

Ministro de Estado da Fazenda

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/r280305b.asp>

Notas Oficiais

28/02/2005

Pronunciamento do ministro Antonio Palocci em cadeia de rádio e TV

“Meus amigos, minhas amigas,

É com grande satisfação, que em nome do presidente Lula, comunico nesse momento ao povo brasileiro um fato da maior relevância. Depois de tantos e tantos anos dependendo dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional, nosso País, finalmente, tem conseguido equilibrar as suas contas e sua balança de pagamentos, colocando a sua economia em ordem, e não mais precisando da ajuda do FMI. Nessa próxima quinta-feira, dia 31 de março, se encerra o nosso último compromisso. E já informamos ao Fundo que ele não será renovado.

Não poderíamos, entretanto, jamais deixar de reconhecer a grande importância da ajuda do FMI em momentos muito difíceis da história do nosso País. Mas era fundamental, para o crescimento do Brasil, fortalecer a nossa economia, superando esse longo ciclo de dependência financeira, para seguir o nosso destino, que é o de ser uma grande e forte nação.

Como todos sabem, a presidente Lula assumiu o governo em janeiro de 2003 num momento de grave crise econômica. A inflação estava fora do controle, o Brasil estava sem crédito internacional e havia uma descrença sobre a capacidade do governo honrar a sua dívida futura. Nestes dois anos e três meses realizamos um forte ajuste na economia para ampliar a poupança do governo e, com consciência, aumentar a capacidade de honrar os nossos compromissos, externos e internos. Ao mesmo tempo, agimos com firmeza no controle da inflação. Todas essas medidas tiveram ampla repercussão no mundo inteiro, dando confiança e credibilidade ao novo governo do Brasil. E com a credibilidade e a confiança em alta, foi possível voltar a crescer.

O ano de 2004 foi um grande ano para o nosso País: o Brasil cresceu 5,2%, a maior taxa dos últimos 10 anos. A indústria cresceu 8,3%. Produzimos mais de dois milhões de veículos, 42 milhões de celulares, nove milhões de aparelhos de TV. Praticamente todos os números da economia em 2004 foram recordistas. E tudo isso significou uma forte geração de empregos: foram mais de dois milhões de novos empregos com carteira assinada em todo o país nesses últimos dois anos. As nossas exportações, nos últimos doze meses, atingiram o recorde histórico de mais de 100 bilhões de dólares. Mas não podemos esquecer que se conseguimos tudo isso, foi com grande esforço e responsabilidade fiscal. Portanto, o controle do orçamento e dos gastos públicos continuará sendo feito com disciplina e transparência. É isso que garantirá a continuidade do equilíbrio econômico necessário para o Brasil crescer.

Em 2005, o ritmo vai continuar forte, com mais crescimento e mais geração de empregos. Enfim, credibilidade internacional, independência financeira, crescimento econômico, geração de empregos de qualidade, é tudo o que o Brasil precisa para melhorar a sua distribuição de renda, reduzir a pobreza e as injustiças sociais. Porque, no final das contas, É esse o grande objetivo do governo do presidente Lula.

Boa noite e muito obrigado.”

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2004/r151204.asp>

Notas Oficiais**15/12/2004****Carta de intenção referente à nona revisão do acordo**

Brasília, 2 de dezembro de 2004.

Senhor Diretor-Gerente:

1. O Brasil está colhendo os frutos de manter uma política econômica sólida. A recuperação tem sido equilibrada e abrangente, com o PIB crescendo mais de 6% nos últimos quatro trimestres, e o investimento crescendo 20% no mesmo período. O crescimento anual do PIB em 2003 foi revisado elevando-se para 0,5%. Mais importante ainda, a recuperação econômica vem sendo refletida em um aumento persistente do emprego, com a geração de 1,8 milhões novos postos de trabalho no setor formal desde janeiro último.
2. O desempenho fiscal permanece forte, tendo a meta de superávit primário sido aumentada para 4,50% do PIB para 2004, poupando-se parte do excesso de receitas sobre o esperado e reforçando nosso compromisso de

reduzir a dívida pública. A meta fiscal para 2005 permanece inalterada em 4,25% do PIB. A prudente gestão monetária tem mantido a inflação em uma trajetória compatível com a banda em volta da meta do final de 2004. Para 2005, os esforços para reduzir a inflação continuarão dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional no meio do ano. A abertura e a competitividade da economia brasileira continuam melhorando, com forte crescimento das exportações. A gestão sólida da dívida continua a fortalecer o perfil de nossa dívida, e iniciamos com sucesso nosso plano de financiamento externo para 2005. Tomado em conjunto, estes elementos apontam para uma menor vulnerabilidade do Brasil a choques externos.

3. O compromisso do governo continua sendo de elevar o potencial produtivo do Brasil e sustentar o crescimento no médio prazo. A lei de falências está pronta para votação pela Câmara, o arcabouço das parcerias público-privadas tem progredido no Senado e as novas alíquotas do imposto de renda para a poupança de longo prazo devem ser votadas em breve. Dispositivos legais objetivando sujeitar o sistema financeiro à autoridade de defesa da concorrência estão atualmente em tramitação no Congresso. Estamos tomando medidas para simplificar o regime tributário para pequenos negócios, reduzindo com isso incentivos para operar no setor informal. Estamos também trabalhando em um conjunto de iniciativas visando reduzir os obstáculos para o investimento e promover a intermediação financeira. Em conjunto com a equipe do Fundo, continuaremos a explorar o escopo para elevar o investimento público de forma consistente com a sustentabilidade fiscal de médio prazo.

4. Todos os critérios de desempenho relevantes foram observados e o parâmetro estrutural relativo à identificação de medidas para aperfeiçoar os requisitos para abertura de negócios foi atendido com estudo completado em novembro. Propomos assim que seja concluída a nona revisão do acordo *stand-by*. Continuaremos a considerar o programa como sendo de natureza precautória. Como sempre, manteremos estreito diálogo sobre políticas com o Fundo e estamos a adotar outras medidas que venham a ser necessárias para garantir o cumprimento dos objetivos do programa.

Atenciosamente,

Antônio Pallocci Filho

Ministro da Fazenda

Henrique Meireles

Presidente do Banco Central do Brasil

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2004/r230904.asp>

Notas Oficiais

23/09/2004

Carta de intenção referente à oitava revisão do acordo

Brasília, 8 de setembro de 2004

Senhor Diretor-Gerente:

1. Nossas políticas macroeconômicas têm lançado as bases para o crescimento equilibrado e para a redução das vulnerabilidades externas. O crescimento encontra-se em franca consolidação, com significativo aumento do nível de emprego e recuperação da demanda interna. Graças à política monetária prudente, a trajetória da inflação é compatível com a faixa da meta estabelecida para o final do ano, apesar dos choques externos sofridos este ano. O desempenho das exportações permanece robusto. O desempenho fiscal continua sólido e a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias mantém a meta de superávit primário em 4,25% do PIB para o período de 2005 a 2007, reafirmando o comprometimento do governo em reduzir a dívida pública. Essas políticas, combinadas com medidas ativas para melhorar a estrutura da dívida, também reduziram substancialmente a vulnerabilidade do Brasil aos choques externos e o país resistiu bem à recente volatilidade do mercado financeiro.

2. Estamos progredindo rapidamente nas reformas estruturais destinadas a dinamizar a intermediação financeira e melhorar o ambiente de investimento. A nova Lei de Falências foi aprovada pelo Senado e a lei com medidas de estímulo ao setor imobiliário e à construção civil foi aprovada e promulgada. Implantamos o cadastro positivo—sistema

centralizado de informações de crédito—, que permitirá maior competição entre os bancos. Prevemos que essas três medidas terão efeitos favoráveis sobre os empréstimos e o custo do crédito. Ademais, propostas de importantes reformas no funcionamento do Poder Judiciário estão sendo apreciadas no Senado e a Câmara dos Deputados aprovou legislação com incentivos à pesquisa e à inovação. O projeto de lei que institui as Parcerias Público-Privadas (PPPs) está em análise em uma comissão do Senado. Prevemos que essas leis serão aprovadas nos próximos meses.

3. Continuamos mantendo o compromisso com a disciplina fiscal e monetária, ao mesmo tempo que avançamos nas reformas estruturais. Em um ambiente de estabilidade macroeconômica, novas reformas estruturais aumentarão a produtividade e contribuirão para sustentar o crescimento no médio prazo. Em conjunto com o corpo técnico do FMI, estamos avaliando o espaço para aumentar o investimento público de maneira compatível com as medidas para alcançar a sustentabilidade fiscal. Aproveitando o forte crescimento recente das receitas, adotamos um conjunto de medidas tributárias que irá estimular a poupança e o investimento a longo prazo.

4. Todos os critérios de desempenho e parâmetros de referência estruturais para a 8ª Revisão do Acordo *Stand-By* foram cumpridos. Assim sendo, propomos que seja concluída a 8ª Revisão. Enfatizamos que continuaremos a considerar o programa como sendo de natureza precautória. Como sempre, manteremos estreito diálogo sobre políticas com o FMI e estamos dispostos a adotar outras medidas que venham a ser convenientes para garantir o cumprimento dos objetivos do programa.

Atenciosamente,

Antônio Pallocci Filho

Ministro da Fazenda

Henrique Meireles

Presidente do Banco Central do Brasil

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2004/r040618a.asp>

Notas Oficiais

Carta de intenção referente à sétima revisão do acordo

Brasília, 03 de junho de 2004

Prezada Senhora Krueger,

1. A recuperação econômica está em curso. Acreditamos que as políticas adotadas contribuirão para atingirmos um crescimento de 3,5% este ano. Dada a bem sucedida condução da política monetária, a inflação está em um dígito, compatível com a meta de 5,5% para este ano. As vendas no varejo estão crescendo e os indicadores de confiança dos consumidores e dos empresários refletem otimismo. Puxada pelo forte desempenho das exportações, a conta corrente do balanço de pagamentos deverá fechar o ano em superávit. As taxas de juros reais de médio prazo caíram para os níveis mais baixos em 10 anos, na esteira de resultados fiscais robustos e do avanço da política econômica em outras áreas. A Lei de Diretrizes Orçamentárias enviada ao Congresso, em abril, mantém a meta de superávit primário em 4,25% do PIB para o período de 2005 a 2007 e reforça o compromisso do governo em reduzir a dívida pública.

2. Nossa agenda de reformas deste ano é mais ampla do que a de 2003 e está avançando em várias áreas, fortalecendo as perspectivas de crescimento a médio prazo. O Congresso aprovou a reforma do setor elétrico, que permitirá ao setor operar em um ambiente mais próximo ao de mercado, e a está regulamentando. A lei que regula as parcerias público-privadas foi aprovada na Câmara e está sendo apreciada pelo Senado. O Senado está também apreciando uma versão aprimorada de lei de recuperação das empresas, que deverá reduzir o custo do crédito. As medidas de estímulo ao setor imobiliário e da construção civil, que lançam as bases para um mercado de crédito imobiliário eficiente, contribuirão para a redução do déficit habitacional e para a ampliação do emprego. O governo enviou ao Congresso legislação apoiando a pesquisa e inovação no setor privado, que consideramos o núcleo de uma estratégia moderna para aumentar o crescimento industrial brasileiro.

3. Todos os critérios de desempenho para a Sétima Revisão do Acordo Stand-By foram cumpridos, e os dois parâmetros estruturais concluídos. Em particular, foi aprovada a medida que permite aos servidores públicos e aos aposentados comprometerem uma fração de sua renda futura para o pagamento de empréstimos. Em 1º de abril, foi publicada a Medida Provisória criando contas de investimento isentas de CPMF. Acreditamos que essa medida terá um papel importante para aumentar a poupança no Brasil e estimular a concorrência no setor bancário. No curto prazo, as mudanças introduzidas pelo Senado para fortalecer a lei de recuperação das empresas terão que ser aprovadas pela Câmara dos Deputados. Assim, o treinamento de juízes na nova lei – um parâmetro estrutural para o final de junho – deverá ser adiado. Portanto, propomos que a data limite para o cumprimento desse parâmetro seja postergada para o final de dezembro de 2004.

4. À luz das considerações expostas acima, propomos a conclusão da Sétima Revisão. Enfatizamos que continuaremos a tratar o programa como precaucionário. Como sempre, continuaremos a manter estreito diálogo com o Fundo e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir os objetivos do programa.

Atenciosamente,

Antônio Palocci Filho

Ministro da Fazenda

Henrique de Campos Meireles

Presidente do Banco Central do Brasil

<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2004/r040327.asp>

Ajuste Fiscal

26/03/2004

Carta de intenção referente à sexta revisão do acordo

À Sua Excelência, o Senhor

Diretor Gerente Horst Köhler:

Fundo Monetário Internacional

Caro Sr. Diretor Gerente

1. As políticas macroeconômicas e as importantes reformas estruturais adotadas pelo governo desde o começo desta Administração continuam a dar resultado. Desde a última revisão do programa, os indicadores financeiros consolidaram seus ganhos iniciais, a inflação continuou a convergir para as metas oficiais, e as reformas Tributária e Previdenciária foram aprovadas pelo Congresso. A administração prudente da dívida pública tem permitido o alongamento dos seus prazos e a melhora da sua composição, enquanto a recuperação das reservas internacionais tem diminuído a vulnerabilidade externa. A retomada da economia iniciada no ano passado, combinada com o aumento da demanda interna, deve resultar em um crescimento do PIB de 3,5% este ano. Após criarem-se aproximadamente 812 mil novos postos de trabalho no primeiro ano deste governo, o crescimento do emprego deve se acelerar em 2004, junto com o aumento do salário real.

2. Todos os critérios de desempenho e as metas indicativas da Sexta Revisão do Acordo Stand-By foram cumpridos. O superávit primário do setor público consolidado em 2003 foi de 4,32% do PIB estimado, ligeiramente acima da meta do programa. Também foi atendido o parâmetro estrutural de Dezembro de 2003, relativo aos critérios para ampliar os limites de crédito dos governos estaduais e municipais associados a projetos com sustentabilidade econômica e geradores de receita na área de água e saneamento. Em vista disto, propomos a conclusão da sexta revisão. Reiteramos que continuaremos a tratar o programa como precaucionário.

3. Como é sabido, o programa contém um fator de ajuste relativo aos critérios de desempenho do resultado primário do setor público consolidado na proporção das referidas despesas em projetos de água e saneamento. As despesas

referentes a esses projetos serão medidas, para propósitos de monitoramento, de acordo com informação fornecida pelas instituições financeiras, e corroboradas pelo Ministério das Cidades, como previsto na Resolução nº 3153 do Conselho Monetário Nacional. Essas informações estarão disponíveis trimestralmente até seis semanas após o final do respectivo trimestre.

4. Como sempre, continuaremos a manter estreito diálogo com o Fundo e estamos dispostos a adotar medidas adicionais, conforme necessário, para atingir os objetivos do programa.

Atenciosamente

Antônio Palocci Filho Henrique de Campos Meirelles

Ministro da Fazenda Presidente do Banco Central do Brasil

Nota do FMI

http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/carta_INTENCOES_FMI_vfinal.pdf

15/12/2003

Carta de intenção referente ao novo acordo

(vide arquivo “FMI – 2003-11 – carta_INTENCOES_FMI_vfinal.pdf” anexado ao final)

http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030820.asp

Ajuste Fiscal

20/08/2003

Carta de intenção referente à quarta revisão do acordo

Caro Sr. Köhler:

1. Desde a última revisão do programa, o Brasil continuou a fazer importantes avanços em diversas áreas. Indicadores da evolução da inflação e de suas expectativas estão convergindo para as metas do governo, permitindo relaxar a política monetária. Em consequência do esforço do governo, a economia claramente superou as dificuldades iniciais e esperamos a retomada do crescimento em bases sólidas. O setor externo continua a ter um bom desempenho, com crescente diversificação de mercados e produtos, apesar de um ambiente internacional volátil.
2. A agenda de reformas estruturais do governo avança com vigor no Congresso. A reforma da previdência foi votada em primeiro turno no dia 6 de agosto, tendo havido avanços nas discussões da reforma tributária. Também se verificou progresso na votação da Lei de Falências, estando previsto para breve a votação do projeto de lei pela Câmara dos Deputados. A política fiscal está de acordo com o estabelecido e a proporção da dívida vencendo em 12 meses continua a cair, assim como o custo da dívida interna. A redução da vulnerabilidade da economia também permitiu o Banco Central diminuir a exposição cambial da dívida pública referenciada em moeda estrangeira (*swaps*).
3. No dia 25 de junho, o Conselho Monetário Nacional estabeleceu a meta de inflação para 2004 em 5,5% (mantendo a meta operacional adotada pelo Banco Central em janeiro) e estabeleceu a meta para 2005 em 4,5%. Apesar de ambas as metas comportarem uma banda de $\pm 2,5$ por cento, a política monetária estará visando firmemente o valor central dessas bandas. A confirmação da meta de 2004 reforça o papel da política monetária em prover um ambiente de estabilidade que facilite as decisões econômicas, ao mesmo tempo em que evita um custo excessivo em termos de produto que uma desinflação mais rápida traria.

4. A legislação para os fundos de previdência complementar do setor público foi incorporada na própria reforma da previdência. Prevemos que a reforma estará concluída no final do ano, quando encaminharemos a legislação para a criação dos referidos fundos dos servidores civis, como estipulado no parâmetro estrutural acordado no começo deste ano. Acreditamos, portanto, que esse parâmetro não é mais necessário.
5. Apesar de sua importância, a venda dos bancos federalizados avançou mais lentamente do que o previsto, em função, principalmente, de questões legais. Contudo, temos expectativa de um avanço significativo deste tema até o final do ano, com a conclusão de nova rodada de avaliações para a determinação do preço mínimo de venda e por isso propomos atualizar o parâmetro para o fim de setembro.
6. Como de hábito, continuaremos a manter uma relação próxima de diálogo com o Fundo e, se necessário, estaremos prontos a tomar eventuais medidas adicionais para alcançar os objetivos do programa.

Cordialmente

Antônio Palocci Filho

Ministro da Fazenda do Brasil

Henrique de Campos Meirelles

Presidente do Banco Central do Brasil

Versão inglês

http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030613.PDF

13/06/2003

Carta de intenção referente à terceira revisão do acordo

(Vide arquivo “FMI – 2003-05 – cartafmi_030613.PDF” anexado ao final)

http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi_030317.asp

Ajuste Fiscal

Carta de intenção referente à segunda revisão do acordo

Brasília, 28 de fevereiro de 2003

Prezado Sr. Köhler:

1. Tendo assumido há dois meses, o atual governo já começou a cumprir seu compromisso de reforçar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e melhorar as condições sociais. Dado que a realização de nossos objetivos tomará tempo e envolverá um esforço político abrangendo muitas direções, a principal tarefa agora consiste em aumentar a confiança nas políticas econômicas e atender às necessidades sociais mais urgentes. Esta carta descreve as prioridades de política econômica mais imediatas do governo.

Arcabouço Macroeconômico

2. Em 2002, o Brasil enfrentou um forte choque econômico decorrente da deterioração do ambiente internacional, bem como das dúvidas, por parte do mercado, acerca das condições da economia brasileira. A economia respondeu a